



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS



GUSTAVO RIGONATO

DESEMPENHO MACROECONÔMICO DO GOVERNO
DILMA ROUSSEFF (2011-2016)

Limeira
2016



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS**



GUSTAVO RIGONATO

DESEMPENHO MACROECONÔMICO DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2016)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas à Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Van Noije

Limeira
2016

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Ciências Aplicadas
Renata Eleuterio da Silva - CRB 8/9281

R449d Rigonato, Gustavo, 1993-
Desempenho macroeconômico do governo Dilma Rousseff (2011-2016) /
Gustavo Rigonato. – Limeira, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Paulo Van Noije.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas.

1. Rousseff, Dilma, 1947-. 2. Recessão (Economia). 3. Macroeconomia -
Brasil. I. Van Noije, Paulo, 1981-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Faculdade de Ciências Aplicadas. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Título em outro idioma: Macroeconomic performance of the government Dilma Rousseff
(2011-2016)

Palavras-chave em inglês:

Rousseff, Dilma, 1947-
Recession (Economy)
Macroeconomics - Brazil

Titulação: Bacharel em Gestão de Políticas Públicas

Banca examinadora:

Rodrigo Vergnhanini

Data de entrega do trabalho definitivo: 08-12-2016

Autor: Gustavo Rigonato

Título: Desempenho macroeconômico do governo Dilma Rousseff (2011-2016)

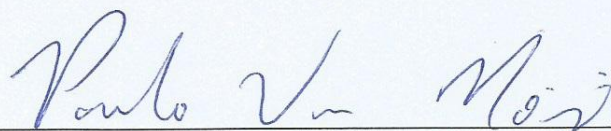
Natureza: Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão de Políticas Públicas

Instituição: Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas

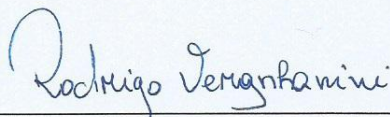
Aprovado em:

08/12/2016.

BANCA EXAMINADORA

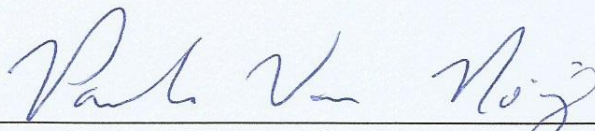


Prof. Dr. Paulo Van Noije (Orientador) – Presidente
Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA/UNICAMP)



Prof. Ms. Rodrigo Vergnhanini
Instituto de Ciências Econômicas (IE/UNICAMP)

Este exemplar corresponde à versão final da monografia aprovada.



Prof(a). Dr(a). Paulo Van Noije (Orientador(a))
Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA/UNICAMP)

AGRADECIMENTOS

Os últimos quatro anos foram uma jornada intensa. Depois de passar no vestibular, parece que está tudo resolvido e que a nova fase nunca mais irá acabar, entretanto, cá estou finalizando o curso. Em quatro anos muita coisa mudou, acredito que evoluí muito e que graças a educação que tive acesso, hoje – além da qualificação profissional - eu sou um ser humano melhor.

A Unicamp me trouxe muitas surpresas (a primeira foi de estudar em Limeira, claro); tentei sempre me envolver ao máximo no ambiente universitário pois sempre acreditei que estas são oportunidades únicas que só a Universidade pública no Brasil é capaz de oferecer: brigamos por melhorias no ensino, houve greve, houve debate, houve protestos, houve melhorias no campus e houve outras conquistas. Mas também houve muito estudo, muita prova, muitas noites viradas, muitas amizades, muitas histórias, festas esquisitas, bebida ruim, risadas e incontáveis memórias que me fazem muito feliz por ter tido a chance de participar de tudo isso. Obrigado Unicamp por todas as portas que você me abriu!

Gratidão devo aos meus pais, que além de me darem suporte todos estes anos, constantemente me provocaram a buscar sempre pelo melhor e correr atrás do meu sucesso; foi a partir das nossas diferenças e discussões, que a ideia de desenvolver este trabalho surgiu. Gratidão também ao meu irmão, que sempre me compreendeu e me apoiou em ser quem eu sou – *no matter what*.

Também devo prestar agradecimentos aos meus avós e ao restante da família que sempre estiveram no background torcendo por mim e pelo meu sucesso, tenho certeza. Um agradecimento especial à minha tia Andrea que me ajudou na revisão do trabalho, trazendo uma visão de fora da área para que o trabalho ficasse o mais completo possível.

Também devo demonstrar gratidão a todos os envolvidos indiretamente neste trabalho: todos os meus companheiros no trabalho que estiveram comigo ao longo deste ano e me motivaram a ser um profissional cada vez melhor; a todos os meus companheiros de classe, ex-professores e ex-coordenadores da UNIMEP, que estiveram comigo nessa dupla jornada que tive por rápidos três anos e me ensinaram muito sobre união, amizade e dedicação; e a todos as pessoas que não foram contemplados até aqui mas que participam ativamente em minha vida, com certeza vocês me deram força e me ensinaram algo ao longo desta jornada.

Além disso, não poderia de deixar agradecer a todos os envolvidos diretamente ao longo deste trabalho e ao longo dos quatro anos de graduação: a todos os meus amigos e colegas de faculdade, nós formamos um grupo com uma amizade muito forte e colaborativa e que espero que se mantenha para os próximos anos também. Aos professores que passaram seus conhecimentos e que foram determinantes para o meu contínuo aprendizado e, especialmente, ao professor Paulo Van Noije que me orientou neste trabalho com muita paciência e qualidade, permitindo com que o resultado ficasse além das minhas expectativas.

Por fim, encerra-se aqui mais um ciclo da minha vida. Novos ciclos virão e eu espero que sejam tão gratificantes como os últimos cinco anos foram.

Obrigado universo, por tudo.

“O Brasil não é para principiantes”

Tom Jobim

RIGONATO, Gustavo. Desempenho macroeconômico do governo Dilma Rousseff (2011-2016). 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão de Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Aplicadas. Universidade Estadual de Campinas. Limeira, 2016.

RESUMO

A partir da década de 1990, a América Latina - em um contexto de crise econômica e insatisfação política, passa a eleger governos alinhados ao pensamento de esquerda por todo o continente. Neste cenário, Luís Inácio Lula da Silva é eleito presidente do Brasil em 2003 com objetivos de promover o crescimento econômico, maior autonomia no cenário internacional e distribuição de renda. Com o sucesso de oito anos de governo, o Partido dos Trabalhadores escolheu Dilma Rousseff para as eleições em 2010 e a mesma foi eleita a primeira mulher a presidir o Brasil. No entanto, o governo de Rousseff teve dificuldades em reeditar o “milagre econômico” da última década devido a problemas no cenário externo e também no cenário interno, desencadeando em uma recessão econômica no país a partir de 2015. A partir disso, o objetivo principal deste estudo é discutir - a partir de revisão bibliográfica – o desempenho macroeconômico do governo Dilma Rousseff. Para tanto, serão mostrados o cenário em qual Dilma Rousseff foi eleita, as políticas macroeconômicas adotadas, bem como os seus principais resultados; também busca-se explicar os motivos da última recessão brasileira a partir da visão de autores ortodoxos e heterodoxos, além de explicar estes dois conceitos. Na visão ortodoxa, o principal argumento que a teoria se baseia é no Populismo Macroeconômico, composto pelo controle de preços e também por utilizar o Estado como indutor do desenvolvimento – tais interferências, de acordo com essa visão, são prejudiciais ao crescimento econômico. Na visão heterodoxa, os principais argumentos estão divididos em três frentes: a primeira, baseada nas ideias de Bresser-Pereira e que se pauta nas teorias do populismo cambial e de que o Brasil adquiriu a “doença holandesa”; a segunda, busca negar este pensamento de que os resultados econômicos foram efeitos de problemas externos e traz a teoria de que o período de baixo crescimento foi devido a mudança na orientação macroeconômica promovida por Dilma, bem como a má gestão da política monetária e seus impactos no consumo das famílias; a terceira frente, traz uma nova percepção dos fatos ao abordar um diferente número de variáveis no cenário externo que podem ser responsabilizadas pela estagnação econômica, além de um diagnóstico da economia interna, que inclui as mudanças no perfil do empresário brasileiro, que teria se tornado cada vez mais rentista, que podem ter sido motivos para o período de baixo crescimento. Concluiu-se que com as dificuldades apresentadas no cenário internacional a partir de 2011, Dilma utilizou de medidas populistas a fim de manter um crescimento modesto do país na expectativa de um novo *boom* no ciclo das *commodities* e que isso lhe permitiria reeditar o crescimento econômico da última década. No entanto, não houve esse novo ciclo e as medidas econômicas foram utilizadas até o seu desgaste; somado a isto, no Brasil - após muitos anos de valorização cambial – há uma reprimarização de suas exportações.

Palavras Chave: Brasil - Recessão – Dilma Rousseff - Macroeconomia

RIGONATO, Gustavo. Macroeconomic performance of the government Dilma Rousseff (2010-2016). 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão de Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Aplicadas. Universidade Estadual de Campinas. Limeira, 2016.

ABSTRACT

From the 1990s, Latin America - in a context of economic crisis and political dissatisfaction, starts to elect governments aligned to left thinking across the continent. In this scenario, Luis Inácio Lula da Silva was elected president of Brazil in 2003 with the goals of promoting economic growth, greater autonomy in the international scenario and income distribution. With the success of eight years of government, the Workers' Party chose Dilma Rousseff for the elections in 2010 and then, she was the first woman to be elected president of Brazil. However, the Rousseff government struggled to re-edit the "economic miracle" of the last decade due to problems in the external environment and in the domestic scene, triggering an economic recession in the country since 2015. From this, the main goal of this study is to discuss - from a literature review - the government's macroeconomic performance. To do so, will be shown the scenario in which Dilma Rousseff was elected, the adopted macroeconomic policies as well as its main results; also, seeks to explain the reasons for the Brazilian last recession from the perspective of orthodox and heterodox authors, and explain these two concepts. In the orthodox view, the main argument is based on the theory of Macroeconomic Populism, comprising the control of prices and also to use the State as a promoter of development - such interference, according to this view, is detrimental to economic growth. In heterodox view, the main arguments are divided into three fronts: first, based on Bresser-Pereira ideas and that is guided in the theories of exchange rate populism and that Brazil has acquired the "Dutch disease"; the second front seeks to deny a thought that economics results were the effects of external problems and brings the theory that the low growth period was due to change in macroeconomic orientation promoted by Dilma and mismanagement of monetary policy and its impact in household consumption; the third front, brings a new perception of the facts when addressing a number of different variables in the external environment that could be responsible for economic stagnation, as well as a diagnosis of the domestic economy, including changes in the Brazilian business profile, which would have become increasingly rentier, and this can be a reason for the period of low growth. It was concluded that with the difficulties presented in the international scenario from 2011, Dilma used populist measures in order to maintain a modest growth of the country in anticipation of a new boom in the commodity cycle and this would allow her to re-edit the economic growth of the last decade. However, there was not a new cycle and the economic measures were used until its wear; added to this, in Brazil - after many years of exchange rate appreciation - there is a reprimarization of the exports.

Keywords: Brazil – Recession – Dilma Rousseff - Macroeconomics

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 O GOVERNO DE LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010)	12
2.1 O governo de Lula (2003-2010)	13
2.1.1 A eleição de Luís Inácio Lula da Silva	14
2.1.2. Ajuste das contas externas.....	16
2.1.3 A agenda social.....	18
2.1.4 O Programa de Aceleração do Crescimento	22
2.1.5 Avaliações sobre o governo Lula.....	24
3 O GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF (2011-2016).....	28
3.1 A eleição de Dilma Rousseff	28
3.2 Política externa e os BRICS.....	31
3.3 Resultados macroeconômicos	33
3.3.1 Política monetária.....	34
3.3.2 Política cambial	37
3.3.3 Política fiscal	40
4 EXPLICAÇÕES PARA A CRISE: A VISÃO ORTODOXA	44
4.1 A visão ortodoxa: revisão da literatura	44
4.2 A visão ortodoxa e o governo Dilma	47
4.2.1 Populismo macroeconômico latino-americano	48
4.2.2 Controle de preços no governo Dilma	50
4.2.3 Estado como indutor do desenvolvimento	51
5 EXPLICAÇÕES PARA A CRISE: A VISÃO HETERODOXA.....	56
5.1 A visão heterodoxa: revisão da literatura	57
5.2 A visão heterodoxa e o governo Dilma.....	60
5.2.1 A doença holandesa.....	60
5.2.2 Populismo cambial	65
5.2.3 Causas internas da desaceleração econômica brasileira	70
5.2.4 Crises Internacionais e as mudanças no capitalismo.....	73
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
7 APÊNDICE	78
REFERÊNCIAS	81

1 INTRODUÇÃO

Durante a década de 1990 e início de 2000, com as crises econômicas em diversos países latinos (como Brasil, México e Argentina), agravaram-se as condições sociais desses países, fazendo com que houvesse pressões populares por melhoras no atendimento à população. Nesse contexto, de instabilidade econômica e forte rejeição ao então governo, a população brasileira opta por eleger um candidato que tradicionalmente esteve alinhado à ideologia de esquerda e que sempre se destacou em meio às reivindicações populares: Luís Inácio Lula da Silva, um dos líderes e fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT).

Durante o restante da década de 2000, Lula foi reeleito e seus dois mandatos foram marcados pelo crescimento econômico, políticas de distribuição de renda, valorização do salário mínimo e a atuação do Estado como indutor do desenvolvimento (principalmente a partir do seu segundo mandato). Os oito anos de governo foram bem vistos nacionalmente e internacionalmente e a gestão de Lula foi altamente elogiada: o presidente teve altas taxas de aprovação¹ ao fim do seu mandato, onde a grande maioria da população considerava que o país tinha melhorado após o seu governo.

A popularidade com a qual Lula finalizou seu mandato permitiu com que a candidata do Partido dos Trabalhadores ganhasse notoriedade em todo o país: Dilma Rousseff - que nunca havia disputado qualquer eleição - foi escolhida pelo PT e por Luís Inácio para concorrer à presidência em 2010. A boa avaliação do governo durante a última década ajudou que Dilma ganhasse a confiança do povo brasileiro e fosse eleita frente a um candidato já tradicional - José Serra - para presidir o país nos quatro anos seguintes.

Dilma foi eleita em um cenário econômico otimista para o Brasil e a expectativa era que a presidenta eleita manteria o crescimento aliado às políticas sociais. O resultado, no entanto, foi diferente do esperado: o cenário internacional não estava mais tão favorável como na década anterior e o Estado teve de intervir diversas vezes na economia a fim de tentar manter o crescimento do PIB.

¹ Segundo pesquisa do Instituto Datafolha (2010, p. 2) 83% dos adultos avaliaram na época a gestão do presidente como “ótima ou boa”, batendo recorde como a melhor avaliação de um presidente dentro das pesquisas feitas pelo Instituto.

Apesar do baixo crescimento econômico observado durante o período 2011-2014, nas eleições presidenciais deste último ano, Dilma Rousseff foi reeleita presidenta do Brasil. Em 2015, o Brasil iniciou um período de recessão econômica, alta nos juros, na inflação e nas taxas de desemprego. A presidenta eleita sofreu, então, impeachment em agosto de 2016.

Portanto, o foco principal da pesquisa é discutir o governo Dilma Rousseff, desde sua eleição até o impeachment em 2016, se apoiando nas visões heterodoxa e ortodoxa. Também busca-se investigar como foi o governo de seu antecessor – Luís Inácio Lula da Silva - tais como os principais avanços nas políticas sociais e avaliações ao fim do seu governo. O estudo ainda destaca como o governo de Dilma foi conduzido, explicitando suas políticas macroeconômicas, avanços na política externa e principais políticas públicas,

Em função das considerações anteriores as questões que o estudo se propõe a responder são: quais foram as razões para a recessão iniciada em 2015 partindo da visando ortodoxa e heterodoxa? E como Dilma conduziu as políticas macroeconômicas durante os quase seis anos que governou?

Este estudo se justifica por possibilitar a compreensão de como foi o período da história econômica brasileira entre os anos de 2011 e 2016 e de como o país caminhou para uma recessão após sucessivos anos de crescimento econômico.

O estudo teve um método de abordagem dedutiva, uma vez que partiu do contexto geral do governo Dilma Rousseff e das visões econômicas ortodoxa e heterodoxa e aprofundou para o tema da recessão brasileira de 2015. Adicionalmente, foi utilizada a técnica de pesquisa bibliográfica para a coleta de dados e das construções de diversos autores que trataram do tema e do período mencionados. Foram utilizadas fontes primárias (como consulta ao Tesouro Nacional) e secundárias, tais como: livros, documentos oficiais e outros meios de informação publicados em periódicos.

A finalidade da pesquisa bibliográfica, segundo Marconi e Lakatos (1999) é “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”. Dessa forma, ainda segundo os autores mencionados, a pesquisa bibliográfica não é apenas a repetição do que já escrito sobre o assunto, mas na verdade é a avaliação do tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a novas conclusões. Ou seja, tomando-se por base o que já foi publicado em relação

ao tema proposto, de modo que se possa delinear uma nova abordagem sobre ele, chegando possivelmente a conclusões diferentes dos autores estudados.

O levantamento bibliográfico, segundo Fachin (2006), poderá ser feito em diversas fontes, tais como: livros de informações científicas, como teses, monografias e outros tratados científicos e também em livros de referência ou de apoio.

Além desta breve introdução, a pesquisa contará com mais quatro capítulos. O segundo capítulo discorrerá inicialmente sobre a ascensão dos governos alinhados ao pensamento de esquerda na América Latina a partir da década de 2000 e a chegada de Luís Inácio Lula da Silva à presidência no Brasil; em seguida, o texto falará sobre seu governo, principais políticas públicas e resultados ao final dos dois mandatos. O terceiro capítulo comenta sobre a eleição da primeira presidente mulher no Brasil e as principais medidas macroeconômicas no período de 2011 até 2016.

O quarto capítulo deste estudo explicará inicialmente sobre a visão ortodoxa da economia, seguido pela análise de como esta visão entende as medidas adotadas por Dilma Rousseff durante sua gestão e como estas impactaram a economia brasileira até a recessão de 2015. O quinto capítulo, busca explicar a visão heterodoxa da economia e, em seguida, entender a visão desta última sobre o mesmo cenário antes proposto.

Por fim, a pesquisa se encerra com o sexto capítulo, onde são abordados os comentários finais sobre o tema proposto. Ainda há uma seção com os anexos.

2 O GOVERNO DE LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010)

A América Latina passou, durante a década de 1990, por um processo de reconfiguração de suas políticas econômicas: o chamado Consenso de Washington² ditou as reformas que os países latinos deveriam ser submetidos a fim de se tornarem “desenvolvidos”. Como consequência, houve privatizações de empresas antes estatais, abertura das economias para o mercado internacional e intensificação da exploração dos recursos naturais presentes. Para Carvalho (2012, p. 61) essa é uma forma pela qual os Estados Unidos tentaram reafirmar seu imperialismo na América Latina após a queda da União Soviética, além do estabelecimento de acordos bilaterais com alguns Estados simpatizantes do governo norte-americano.

Com as crises econômicas em diversos países latinos (como Brasil, México e Argentina) durante a década de 1990 e início de 2000, agravaram-se as condições sociais destes países, fazendo com que houvesse pressões populares por melhorias no atendimento à população. Exemplo disso, foi a luta contra a privatização do fornecimento de água na Bolívia, onde uma população carente do serviço teve que mobilizar-se para impedir que a exploração da água no país fosse entregue às grandes corporações estrangeiras. Coincidentemente, foi também durante a década de 1990 que as primeiras políticas de transferência condicionada de renda foram implementadas na América Latina e Caribe, a fim de reinserir populações carentes no mercado consumidor; como exemplo temos Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai (SILVA e SILVA; BERMUDEZ, 2013, p. 308-309).

A crescente insatisfação popular fez com que as recém instauradas democracias latino-americanas elegessem governantes tradicionalmente alinhados ao pensamento político de esquerda; Carvalho (2012, p. 63) caracterizou isso como um apelo popular em busca de mudanças e reconhecimento das necessidades das classes mais pobres. Destaca-se neste contexto de escolha de novos governos progressistas a

² De acordo esse “Consenso” as causas da crise latino-americana são protecionismo, o modelo de substituição de importações e o populismo econômico (incapacidade de controlar o déficit público). A partir dessa perspectiva, são sugeridos dez pontos para reforma que se baseavam, no curto prazo, em combater o populismo econômico, visando o equilíbrio fiscal e a estabilização. No médio prazo deveria ser adotada uma estratégia de redução do tamanho do Estado, liberalização do comércio internacional e promoção das exportações (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 6).

eleição de Hugo Chávez em 1998 na Venezuela, no Brasil em 2002 com Luís Inácio Lula da Silva, Nestor Kirchner em 2003 na Argentina e Mauricio Funes em El Salvador.

A partir do contexto internacional apresentado, o seguinte capítulo busca apresentar como se desenvolveu tal situação no contexto brasileiro; para isso, o estudo se debruçará nos governos eleitos de Luís Inácio Lula da Silva entre 2003 e 2010 e de sua sucessora, Dilma Rousseff entre 2011 até o presente ano. Tais governantes subiram ao poder por meio de voto popular e, como anteriormente explicitado, representando um partido tradicionalmente alinhado à esquerda e à luta popular.

2.1 O governo de Lula (2003-2010)

A década de 1990 trouxe grandes mudanças para o Brasil e o mundo: o início da década foi marcado, primeiramente, por uma forte recessão durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992); que adotou medidas de estabilização - os chamados Planos Collor I e II – que combinavam cortes nos gastos públicos, privatizações de empresas estatais e medidas liberalizantes na economia do país, seguindo as indicações do Consenso de Washington. A abertura comercial provocou uma reestruturação industrial no país, beneficiando consumidores e paralelamente afetando negativamente os níveis de emprego.

Após o *impeachment* de Collor (1992), seu vice, Itamar Franco, junto do então ministro da Economia Fernando H. Cardoso, implementaram um plano econômico de estabilização, chamado de Plano Real e que, mostrou-se eficiente no combate à inflação e permitiu um crescimento moderado ao longo da década de 1990. FHC declarou em 2008³ que “o Plano Real deu certo principalmente porque o Brasil estava cansado da inflação. Mas foi por pouco que o Real não saiu do papel. O FMI não quis dar seu apoio formal” e que foi preciso confiança da comunidade internacional, uma vez que o país enfrentava dificuldades de acesso a financiamentos externos.

Após a adoção da nova moeda, foi estipulado que o teto máximo na taxa de câmbio era a paridade de um real para um dólar, sendo que o Banco Central tinha instruções para atingir essa meta com U\$ 40 bilhões em reservas. A moeda valorizada

³ Essa declaração ocorreu durante o seminário "Desenvolvimento econômico: crescimento com distribuição de renda", realizado para comemorar os 200 anos do Ministério da Fazenda.

favoreceu ainda mais as importações e a eliminação das incertezas em relação à variação dos preços e promoveu um ganho no poder de compra dos consumidores (LACERDA et al., 2010, p. 202).

No ano seguinte, 1995, FHC assume o Planalto após ser eleito presidente, no entanto, a alta da taxa SELIC, o baixo crescimento econômico e as grandes crises internacionais agravaram a vulnerabilidade externa do país, culminando no retorno do Brasil ao FMI. Durante seu governo, crises internacionais afetaram o desempenho econômico brasileiro e somado a problemas internos, o país se encontrava descontente com o governo eleito: a insatisfação⁴ com o governo tucano em setembro de 1999 era de aproximadamente 65% da população e apenas 16% dos brasileiros o aprovavam.

Com a insatisfação popular frente às políticas adotadas e tal como as demais economias do continente latino-americano, um candidato tradicionalmente alinhado à esquerda ganha força nas eleições com a promessa de retomar o desenvolvimento do país e alinhando isso à distribuição de renda para as classes menos favorecidas.

Assim, a partir do contexto explicitado, esta seção busca apresentar o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) do Partido dos Trabalhadores. Para tanto, busca-se mostrar como foi a eleição do então candidato, o desenvolvimento de políticas de transferência de renda, o Programa de Aceleração do Crescimento e, por fim, avaliações de seu governo e principais resultados.

2.1.1 A eleição de Luís Inácio Lula da Silva

Em 2002, ano eleitoral, o Brasil atravessava uma fase de instabilidade econômica: a vizinha Argentina passava por uma dura crise financeira e que, somada a problemas estruturais brasileiros⁵, originaram desequilíbrios na economia brasileira, os quais foram inicialmente contidos com uma alta nas taxas de juros, a fim de evitar fuga massiva de capitais. Somado a isso, a ascensão do candidato da oposição - Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores – fez com que o cenário financeiro

⁴ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1409199909.htm>> Acesso em: 12/04/2016.

⁵ Almeida (2012) cita exemplos: crise energética, denúncias de corrupção política e a falta de competitividade externa.

se deteriorasse, pois, o mercado temia a eleição de um partido tradicionalmente alinhado à esquerda na presidência.

A resposta por parte do governo não foi suficiente e foi necessário buscar ajuda do Fundo Monetário Internacional – FMI. O então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, teve de recorrer ao FMI e em 7 de agosto de 2002 firmou-se um novo acordo de sustentação financeira (ALMEIDA, 2012, p. 141). Durante este período, o Brasil respondia por mais de 20% do total de empréstimos do FMI e era o segundo maior tomador de empréstimos do órgão internacional, ficando atrás somente da Turquia (TUDE e MILANI, 2013, p. 87).

A fim de acalmar o mercado financeiro, o então candidato à presidência, Luís Inácio, publica a chamada “Carta ao povo brasileiro”, na qual indica, como explicitado no trecho transcrito abaixo, que não iria romper com os contratos internacionais e daria sequência às políticas de FHC, efetuando algumas reformas consideradas por ele e sua equipe como necessárias. Destaca-se também a fala do coordenador do programa de governo daquele candidato, Antônio Palloci, que afirma que “o governo não pode fazer um “cavalo-de-pau” em um transatlântico em movimento”, sugerindo que não seria feita nenhuma manobra na rota da política econômica em curso (MATTEI e MAGALHÃES, 2011, p. 2).

O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação (DA SILVA, 2002).

Em agosto do mesmo ano, o candidato à presidência pelo Partido dos Trabalhadores (PT) publica uma nova carta⁶ comentando sobre sua visão em relação ao novo acordo com o FMI firmado por FHC naquele mesmo mês, afirmando que “tornou-se inevitável recorrer outra vez ao FMI” e “o governo atual não deve acomodar-se com o acordo a que chegou com o FMI” de forma a salientar que a meta do novo

⁶ DA SILVA, 2002.

governo seria aumentar a produção nacional, exportando mais e diminuindo a dependência do exterior para o abastecimento interno.

Ao final do ano de 2002, as eleições foram marcadas, principalmente durante o segundo turno, pela disputa entre o candidato José Serra do PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira - e o candidato da oposição, Luís Inácio Lula da Silva do PT, que concorria pela quarta vez seguida à presidência do país (LACERDA et al, 2010, p. 241).

A vitória e ascensão de Lula à presidência em 2003 foram marcadas pela manutenção das políticas econômicas adotadas pelo seu antecessor e o PT, que historicamente se posicionava contra as ações do Fundo Monetário, por considerá-lo um símbolo de dominação política, teve de aceitar a manutenção dos acordos previamente definidos. Para Almeida (2004, p. 170), “o governo Lula conviveu (de má vontade) com o acordo com o FMI e, no momento decisivo, resolveu reconduzir o pacote de apoio preventivo como uma garantia de estabilidade macroeconômica e de solvabilidade externa”.

Lacerda et al. (2010, p. 242) complementa que, apesar da mudança de governo, a base de política macroeconômica se manteve sobre o tripé que vinha sendo adotado desde o ano de 1999, ou seja, a combinação do regime de metas de inflação, câmbio flutuante e geração de superávit primário. Assim, em 2003, o governo brasileiro firma ainda o compromisso de manter o superávit primário no valor de 4,25% do PIB para os dois anos seguintes.

2.1.2. Ajuste das contas externas

Em 2004, Antônio Palloci, o então Ministro da Fazenda, prorroga por 15 meses o acordo feito no governo anterior com o FMI, entretanto, não foi necessário o saque de mais recursos e, em fevereiro de 2005, Lula anuncia que não fará a renovação dos acordos com o Fundo, uma vez que o país passava por um momento de estabilidade, obtendo sucessivos superávits nas transações correntes. No final desse mesmo ano, outra medida a fim de desvincular o país do FMI é tomada, tal como destacam Tude e Milani (2013, p. 91):

Foram pagos de maneira antecipada aproximadamente 10,8 bilhões de Direitos Especiais de Saque (DES) – cerca de US\$ 15 bilhões – referentes aos empréstimos tomados junto ao Fundo. [...] O Ministério

da Fazenda justificou que o pagamento ao FMI ampliou a autonomia do Brasil na gestão de suas políticas macroeconômicas e maximizou sua confiança internacional, fortalecendo o mercado de capitais pátrio e diminuindo o risco-país.

No dia 16 de janeiro de 2006, em pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, o presidente Lula discursa:

Meus amigos e minhas amigas, há poucos dias o Brasil zerou a sua dívida com o FMI. Com isso, deixamos de pagar juros, e com essa economia vamos poder investir mais em favor do nosso povo. Com soberania viramos uma página da nossa história. O Brasil vai caminhar com suas próprias pernas. Ao devolvermos ao FMI o dinheiro que estava à disposição do Brasil por conta da crise de 2001–2002 estávamos provando, dentre outras coisas, que não dependemos mais de empréstimos externos para continuar crescendo, podemos fazê-lo com nossos próprios recursos (TUDE e MILANI, 2013, p. 91-92).

Em 2007, já em seu segundo mandato como Presidente da República, no que se diz respeito à relação com o FMI, em seus discursos, o ex-presidente passa a valorizar a independência financeira do Brasil diante do Fundo Monetário, mesmo em tempos de crise econômica e por conta da ineficiência do FMI diante do cenário americano. Em 2008, o governo brasileiro⁷ aproveita do frágil cenário econômico mundial para propor reformas, principalmente no que tange o FMI. Os pontos principais desta reforma, apresentados pelo Ministro Mantega, são listados por Tude e Milani (2013) abaixo:

- I. Nova fórmula para alocar as cotas de participação dos países sócios do Fundo, distribuindo maior quantidade de cotas aos países em desenvolvimento;
- II. Revisão das cotas periodicamente a cada cinco anos, para que reflitam a posição relativa dos países membros na economia mundial;
- III. Criação de um novo instrumento de liquidez, concebido, especificamente, para apoiar os esforços de prevenção a crises;
- IV. Revisão da maneira de seleção do diretor-geral e do diretor-geral adjunto, adotando um processo aberto, transparente e baseado no mérito, sem levar em conta a nacionalidade;

⁷ Principalmente nos discursos do presidente Lula e do ministro Celso Amorim.

- V. Reforma dos instrumentos e condições de empréstimos, minimizando as condicionalidades excessivas e intrusivas;
- VI. Aumento de recursos do fundo;
- VII. Maximizar a vigilância sob as economias desenvolvidas.

Em relação à proposta de reforma do FMI, de Mesquita et al. (2015, p. 233) acrescenta que as propostas supracitadas ainda não entraram em vigor, uma vez que é necessário 85% de aprovação dos membros e elas só possuem 77% de aprovação. Seria, portanto, necessária a aprovação dos EUA⁸ para uma verdadeira reforma deste órgão. Apesar dos esforços de Barack Obama, o Congresso americano não foi favorável a tais medidas.

2.1.3 A agenda social

A partir do século XX, seguindo o modelo de “Estado de Bem-Estar Social” dos países desenvolvidos, o Brasil adotou políticas sociais universalistas no governo de Getúlio Vargas (década de 1930). Define-se política social universalista como:

Um conjunto de serviços e benefícios sociais de abrangência universalista, promovidos pelo Estado, de forma a garantir uma relativa estabilidade social e diminuição das desigualdades, proporcionando aos cidadãos benefícios que garantiriam um mínimo para que os indivíduos pudessem enfrentar os riscos de uma estrutura capitalista desenvolvida e excludente (ALMEIDA, 2011, p. 147).

A partir da década de 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), parte das políticas sociais universais passaram a ser do tipo focalizado, ou seja, voltadas para os mais pobres, com objetivo de ser um programa de complementação de renda.

Este tipo de política foi iniciado em pequena escala durante a década de 1990 e mais tarde foram reorientadas e aprofundadas durante a gestão de Lula na presidência com apoio do Banco Mundial. Entendeu-se que, segundo estudos do próprio Banco Mundial, ao direcionar recursos fiscais para programas de transferência de renda, condicionando as famílias a manter crianças e adolescentes na escola, além

⁸ Sendo que os EUA possuem 16,75% da atual configuração de votos.

de manter a carteira de vacinação dessas pessoas em dia, isso tudo estimularia a renda na região, de modo a formar o “capital humano” necessário para o seu desenvolvimento.

O tema “combate a fome” se tornou uma das principais promessas de Lula durante as eleições de 2002, tal como previsto em seu plano de governo.

A implementação de políticas sociais como eixo do desenvolvimento exige medidas audaciosas e criativas. As políticas sociais quase sempre foram tratadas no Brasil como questões marginais, vinculadas ao assistencialismo. Para mudar essa lógica, o primeiro passo é romper com as ações fragmentadas e dispersas, os feudos e loteamentos temáticos e clientelísticos que descaracterizam as políticas sociais no Brasil em todas as esferas, do município à União. O País precisa de políticas sociais integradas, estratégicas, formuladas e implementadas por meio de ações intersetoriais, buscando sempre parcerias com os diversos segmentos, entidades e movimentos sociais (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p. 39).

A partir disso, em 2004, o governo de Lula criou o Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome - MDS e nele centralizou um conjunto de políticas públicas focadas em três grandes diretrizes sociais: programas de transferência de renda, segurança alimentar e assistência social. Além disso, com a criação do MDS, os programas de assistência social já existentes (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás) foram unificados em um único programa: o Bolsa Família (Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004).

Segundo informações do Governo Federal (2016), o programa está baseado em três eixos de atuação: a transferência de renda a fim de promover “o alívio imediato da pobreza”; as condicionalidades sob as quais as famílias estão submetidas (matrícula e frequência escolar para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, e acompanhamento em saúde para gestantes, nutrizes e crianças com idade de 0 a 6 anos), programas e ações complementares promovidos pelo governo como forma de buscar o desenvolvimento familiar e qualificação profissional, criando meios para que os beneficiários busquem superar a situação de vulnerabilidade na qual estão inseridos.

Para Mercadante (2010, p. 163):

Isso tem um profundo significado político, de recuperação do projeto histórico da social-democracia: a captação, mediante mecanismos

fiscais, de parte do excedente econômico para redistribuí-lo aos segmentos da população de menor capacidade econômica e para caminhar em direção à construção de uma sociedade mais solidária, mais justa e mais generosa.

Os resultados do Gasto Social Federal - GSF no governo Lula (2003-2010) são apresentados no gráfico 1, a seguir. Os valores calculados pelo IPEA estão deflacionados mês a mês para constantes de dezembro de 2011. Observa-se que, a partir do ano de 2004, houve um crescimento contínuo dos gastos sociais do governo federal, em termos absolutos, em todo o período apresentado.

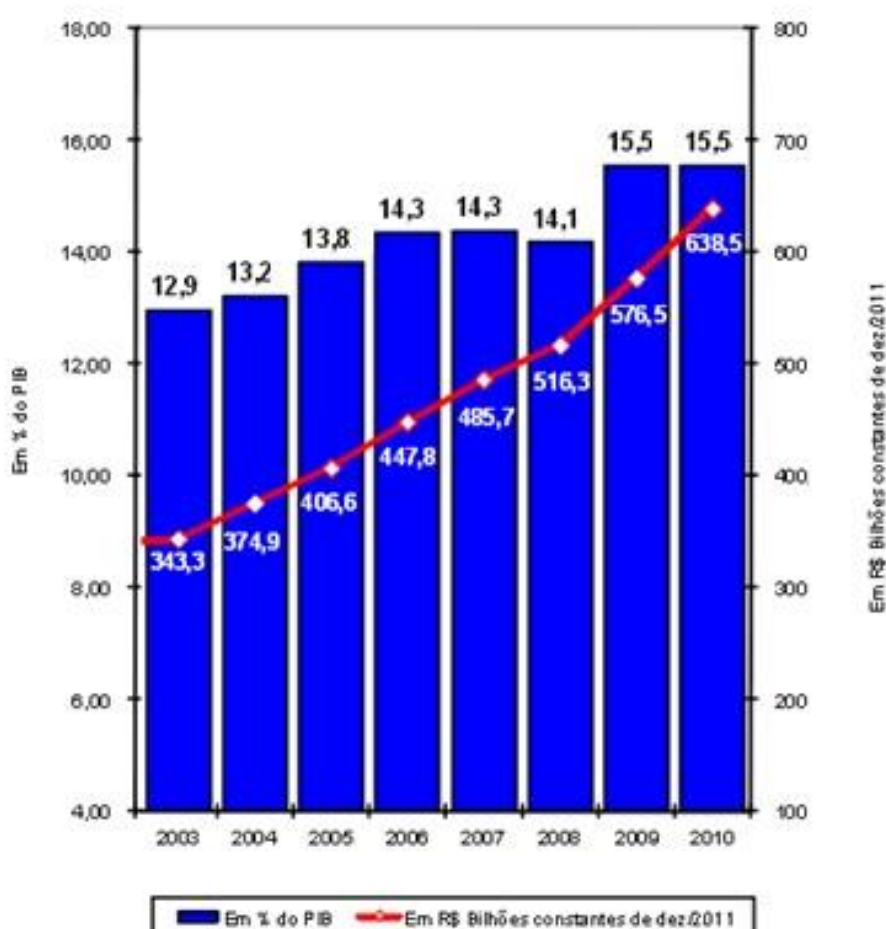


Gráfico 1 - Trajetória do Gasto Social Federal no período 2003-2010

Fonte: CASTRO, 2012. p.8. Nota: Editado pelo autor.

O gráfico 2, por sua vez, demonstra a trajetória do GSF per capita e a partir de sua análise contata-se que, mesmo após a crise de 2008, o GSF não desacelerou, mantendo o ritmo de alto crescimento.

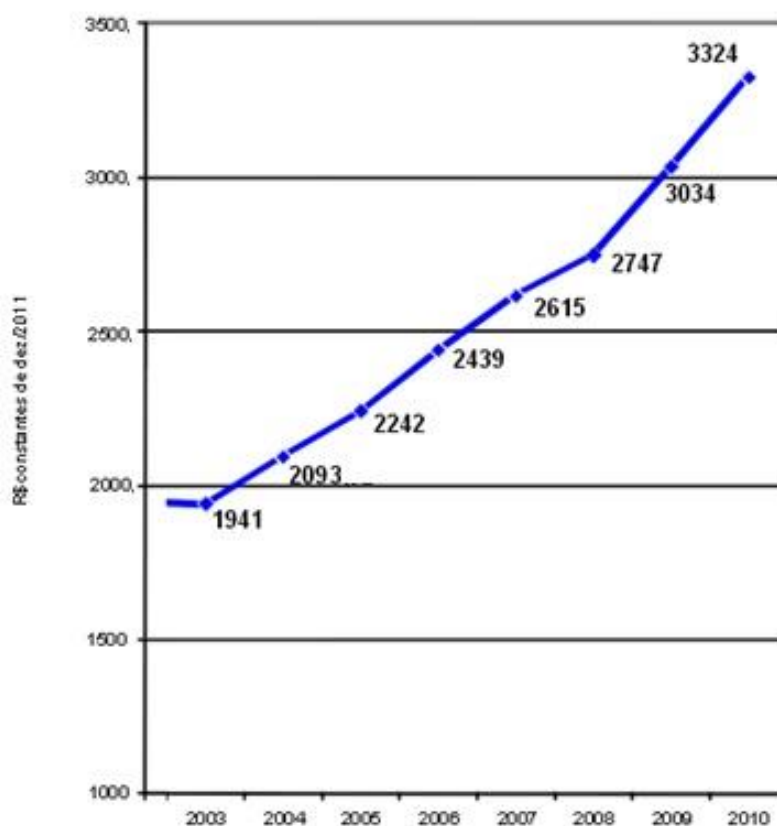


Gráfico 2 - Trajetória do Gasto Social Federal per capita no período 2003-2010

Fonte: CASTRO, 2012. p. 9. Nota: Editado pelo autor.

Analisando o gráfico 1, Castro (2012, p. 10), comenta que o crescimento nos gastos sociais só foi possível uma vez que o PIB nesse período (2003-2010) também havia crescido. Ou seja, o crescimento do GSF não acarretou grandes esforços da economia.

É importante ressaltar que a estabilidade do GSF em termos do PIB vinha ocorrendo apesar de um ritmo acelerado de crescimento em termos per capita. Ou seja, os gastos sociais cresceram entre 2006 e 2008, mas não ao ponto de exigir uma parcela maior do PIB para tal. Esse aparente paradoxo explica-se pelo ritmo mais pujante de crescimento da economia brasileira que ocorria então. Com o PIB crescendo rapidamente, foi possível absorver um GSF maior sem que isso acarretasse um esforço maior para a economia em seu conjunto (CASTRO, 2012, p. 10).

Ainda que o crescimento no gasto social federal só tenha sido possível graças ao crescimento do PIB na mesma época, deve-se reconhecer que houve um crescimento de 12,9% para 15,5% entre 2003 e 2010 e que este foi essencial para a

redução da pobreza no país no período exposto pelo Gráfico 1. O Brasil já passou, ao longo de sua história, por período de crescimento econômico onde ações do tipo não entraram para a agenda pública.

2.1.4 O Programa de Aceleração do Crescimento

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – foi lançado em janeiro de 2007 pelo Governo Federal do Brasil e nele contém medidas que orientariam a expansão da economia brasileira através de investimentos na infraestrutura do país num período, inicialmente, de quatro anos.

Fica instituído o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, constituído de medidas de estímulo ao investimento privado, ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura e voltadas à melhoria da qualidade do gasto público e ao controle da expansão dos gastos correntes no âmbito da Administração Pública (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 6025/07 de 22 de janeiro de 2007).

De início, o PAC tinha uma previsão de investimento de R\$ 503 bilhões, principalmente nas áreas de logística, transporte, geração e transmissão de energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. Já no ano seguinte, a então Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, anunciou que entre os anos de 2007 e 2010 o investimento no PAC passaria a ser de R\$ 656,5 bilhões (RODRIGUES E SALVADOR, 2011).

As medidas do PAC foram então organizadas em cinco grandes temas, listados a seguir: investimento em infraestrutura, medidas institucionais e econômicas de estímulo ao crédito e ao financiamento, desoneração e administração tributária, melhoria do ambiente de investimento e medidas fiscais de longo prazo. De acordo com a então Ministra, na data de lançamento do PAC:

A expansão do investimento, que é a parte que me cabe fazer a exposição, principalmente do investimento em infraestrutura, é condição *sine qua non* para a aceleração do desenvolvimento sustentável, com a eliminação dos gargalos para o crescimento da economia. Além disso, ela também é responsável pelo aumento da produtividade e pela superação dos desequilíbrios regionais e sociais. Os gargalos, referidos na infraestrutura, para serem devidamente superados necessitam de um planejamento estratégico de longo prazo, porque planejamento estratégico de longo prazo implica projetos, implica avaliação das condições de execução dos mesmos (ROUSSEFF, 2007).

Segundo dados publicados pelo Governo Federal (2014), o PAC, em seus primeiros quatro anos foi responsável por dobrar a quantidade de investimentos públicos brasileiros em relação ao PIB (em 2006, representavam 1,62% do PIB e em 2010 representaram 3,27%) e responsável também por gerar grande quantidade de postos de trabalho: 8,2 milhões de novos empregos no período supracitado.

O investimento anual programado foi de R\$ 126 bilhões, correspondendo a uma média de 4,3% do PIB no período de 2007-2010, como demonstrado no quadro 1 a seguir. A maior parte dos investimentos foi financiada por empresas estatais e outras fontes (88,4%), além dos investimentos da União, que foram os menores (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007).

Quadro 1 - Investimentos em Infraestrutura do PAC acumulados entre 2007-2010

Valores (R\$ Bilhões)	Transporte	Energia	Habitação e Saneamento	Total
União	33,0	--	34,8	67,8
Estatais Federais e demais fontes	25,3	274,8	136,0	436,1
Total	58,3	274,8	170,8	503,9
Média Anual	14,6	68,7	42,7	126,0
Participação no PIB em %				
União	0,3	--	0,3	0,6
Estatais Federais e demais fontes	0,2	2,4	1,2	3,7
Total	0,5	2,4	1,5	4,3

Fonte: FILGUEIRAS; GONÇALVES 2007. p. 198-199.

Rodrigues e Salvador (2011, p. 137-138) avaliam que:

Segundo o 11º Balanço do PAC, divulgado em dezembro de 2010, os investimentos executados do PAC chegaram a R\$ 619 bilhões, valor que corresponde a 94,1% do total previsto para serem investidos no programa no período 2007-2010. Desses R\$ 619 bilhões, R\$ 267,1 bilhões foram investimentos do setor público, R\$ 128 bilhões foram investimentos provenientes do setor privado (menos da metade do valor investido pelo setor público), R\$ 7 bilhões de empréstimos públicos e R\$ 216,9 bilhões provenientes de financiamentos habitacionais à pessoa física.

2.1.5 Avaliações sobre o governo Lula

Lula finalizou dois mandatos na presidência com recorde de popularidade e aceitação: segundo pesquisa do Instituto Datafolha (2010, p. 2), 83% dos adultos avaliaram na época a gestão do presidente como “ótima ou boa”, batendo recorde como a melhor avaliação de um presidente dentro das pesquisas feitas pelo Instituto. A pesquisa ainda afirmou que (2010, p. 3):

O país que Lula entregará a sua sucessora na Presidência da República, Dilma Rousseff, estará melhor do que quando ele assumiu, há oito anos atrás. Essa é a opinião de 84% dos brasileiros quando questionados se o petista deixará um país igual, melhor ou pior do que era antes de se tornar presidente. Outros 12% acreditam que ele entrega a direção do Brasil em situação igual há oito anos atrás, enquanto 2% dizem que o país piorou no governo do petista.

A popularidade do ex-presidente foi tão relevante que o Datafolha ainda indica que 41% dos brasileiros adultos tinham o desejo de vê-lo participar do governo de sua sucessora, Dilma Rousseff. Outros 11% da população ainda avaliou que Lula deveria assumir cargos em órgãos internacionais.

A alta popularidade do ex-presidente se deve também ao fato do país ter apresentado altas taxas de crescimento no período do seu governo, como demonstrado no gráfico 3 abaixo. O período apresentado foi marcado pela retomada do crescimento econômico com uma taxa média superior a 4% ao ano, sendo afetado somente em 2009 pela crise financeira internacional (CURADO, 2011). A taxa de crescimento atingiu 7,5% em 2010, o que favoreceu o mercado de trabalho: diminuiu-se a informalidade e houve a valorização real no salário mínimo.

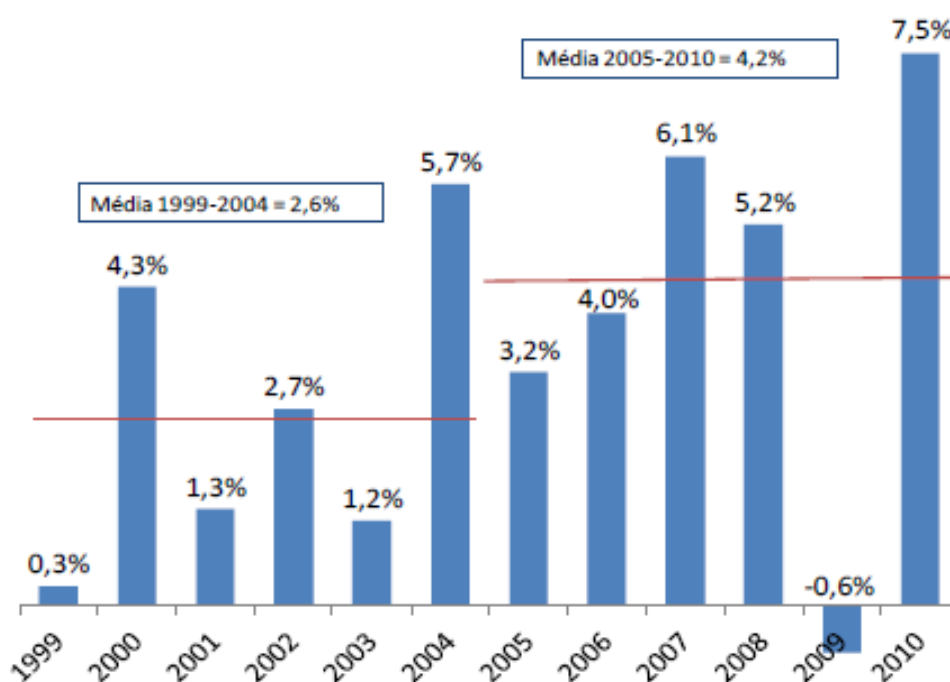


Gráfico 3 – Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto. Brasil, 1999-2010.

Fonte: TESOURO NACIONAL, 2012, p. 15.

Outro fator para garantia da popularidade aconteceu no âmbito das políticas de transferência de renda, uma vez que o governo optou por aprofundar as políticas focalizadas já instituídas pelo governo anterior em escala reduzida. Buscou-se, através da criação do Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome em 2004, concentrar os programas sociais aos que se encontravam em situações mais vulneráveis (pobreza ou extrema pobreza) em áreas rurais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, em sua maioria.

Curtado (2011, p. 93) avalia que:

Um aspecto distintivo deste período de recuperação do crescimento é que ele se dá num contexto de melhora nos indicadores de distribuição da renda e de redução da pobreza. O Índice de Gini, indicador fundamental na discussão sobre o tema da distribuição da renda, que em 2003 era de 0,59 atingiu em 2009 a marca de 0,54. Rompeu-se com a tendência histórica de manutenção do elevado grau de concentração da renda. Vale lembrar que em 1981 o índice de Gini era de 0,58 e em 2001 alcançava a marca de 0,60.

Assim, o que se observa no gráfico 4 é que a partir de 2004 houve a queda percentual do número de pessoas que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil:

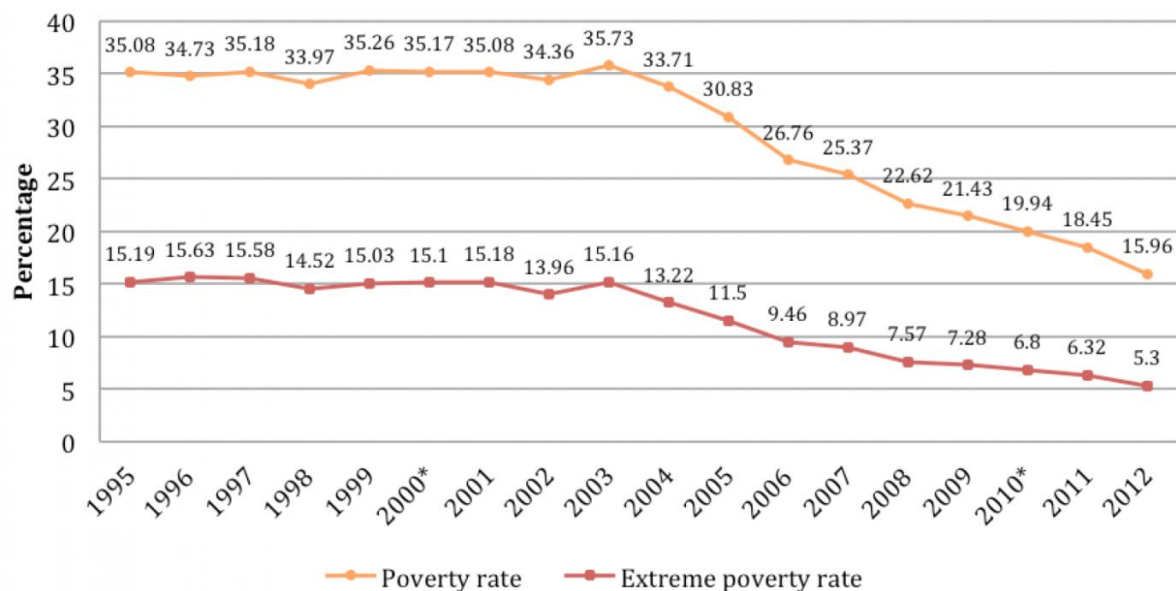


Gráfico 4 - Porcentagem de Pobreza e Extrema Pobreza no Brasil (proporcional à população total) 1995-2012.

Fonte: VACANO, 2014.

Nota1: Em laranja claro, níveis de pobreza; em laranja escuro, níveis de pobreza extrema. Eixo Y do gráfico representa a porcentagem relativa a estes índices.

Nota 2: valores deflacionados com base no ano de 2009

Nota 3: Entende-se como extremamente pobres: famílias com renda menor que R\$ 67,00; pobres: famílias com renda maior ou igual a R\$ 67 e menor que R\$ 134,00; vulneráveis: famílias com renda maior ou igual a R\$ 134,00 e menor que R\$ 465,00 e não pobres: famílias com renda maior ou igual a R\$ 465,00 per capita (OSORIO et al, 2011, p. 8).

No que diz respeito ao ajuste das contas externas e a política externa, Cervo (2011, p. 5) avalia de forma positiva os dois governos do presidente Luís Inácio, de forma que:

A vulnerabilidade externa diminuiu: a) em razão da interrupção do ciclo de endividamento; b) do aumento extraordinário de saldos do comércio exterior; c) de menor dependência financeira externa e d) do universalismo de ação. O governo de Lula afirma quase todo dia que preparou bem o país para nova fase de desenvolvimento de longo prazo. Sem romper com valores, princípios e normas de conduta permanentes da diplomacia, ontem e hoje um patrimônio da nação.

Do ponto de vista da gestão pública, também pode se destacar como ponto positivo do governo de Luís Inácio, a criação do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (Pnage) e o Programa de Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (Promoex). Esses projetos têm como objetivo modernizar a administração pública das instâncias subnacionais, particularmente no nível estadual (ABRUCIO, 2007).

Ainda sob a perspectiva da gestão pública, o governo Lula buscou promover avanços na transparência ao inaugurar os procedimentos de *e-government*⁹ e *e-procurement*¹⁰, além de outros avanços no controle das políticas públicas e fortalecimento das carreiras estratégicas do Estado, iniciadas na gestão anterior. Também se observou, desde 2003, crescente ampliação das instâncias de participação social na gestão pública (LOPES, 2010).

⁹ O Governo Eletrônico (ou *e-government*) busca “fornecer ou tornar disponíveis, eletronicamente, informações, serviços ou produtos, a partir ou por meio de órgãos públicos, a qualquer momento e local, agregando valor a todos os envolvidos com o setor público” (MOTA; RODRIGUES FILHO, 2010 apud ZWEERS; PLANQUÉ, 2001).

¹⁰ É entendido como a gestão das compras e contratos públicos e o uso do comércio eletrônico (*e-commerce*) para automatizar e dinamizar o processo de uma organização, desde a requisição até o pagamento final (MOTA; RODRIGUES FILHO, 2010).

3 O GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF (2011-2016)

A alta popularidade com que Lula finalizou seu mandato em 2010 e a percepção de que o país havia melhorado na última década sob sua gestão, permitiu que uma personalidade antes pouco conhecida pela população fosse eleita democraticamente. Dilma Rousseff teve trajetória de vida singular e no seu governo, a princípio, foi marcado por continuísmo nas políticas de seu antecessor.

Para tanto, o seguinte capítulo busca apresentar breve biografia da presidenta Dilma, bem como foi o processo eleitoral em 2010 e 2014. Segue-se por apresentar sua política externa, resultados macroeconômicos e algumas avaliações sobre o seu período no Governo Federal.

3.1 A eleição de Dilma Rousseff

Dilma Vana Rousseff nasceu em 1947 e cresceu em Uberaba - Minas Gerais em uma família de classe média alta. Começou sua trajetória política aos 15 anos, durante o colégio, quando integrou organizações clandestinas contrárias a ditadura militar e durante os anos de 1970-1972 foi perseguida, presa e torturada pelo Governo militar de Emílio Médici¹¹ no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), sendo também expulsa da faculdade (FERNANDES, 2012).

Mudou-se para Porto Alegre – Rio Grande do Sul, onde retomou os estudos em Economia e a carreira: ajudou a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio Grande do Sul e atuou em cargos públicos da prefeitura daquela cidade. Em 2000, Dilma filiou-se ao Partido dos Trabalhadores e sobre esse período Fernandes (2012, p. 71) destaca:

A gestão de Dilma Rousseff na função de Secretária de Minas, Energia e Comunicação destacou-se em 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), durante a crise do apagão. Na ocasião, o Rio Grande do Sul foi um dos poucos estados da União a não sofrer racionamento de energia elétrica. Esse episódio permitiu que Dilma Rousseff ganhasse a admiração e confiança de Luiz Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores, assumindo, já no início do primeiro mandato presidencial de Lula (PT), o Ministério de Minas e Energia.

¹¹ Emílio Garrastazu Médici foi o 37º presidente brasileiro durante 1964 a 1974. Seu governo foi marcado por extrema repressão política. Na área econômica, a conjuntura externa favorável permitiu crescimento do PIB (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2015).

As relações de Rousseff com o Planalto foram favorecidas quando assumiu o Ministério da Casa Civil no segundo mandato de Lula, substituindo José Dirceu e tornando-se o nome mais cogitado para as eleições seguintes (FERNANDES, 2012). Para tanto, buscou-se desenvolver um Programa de Governo apoiado em 13 compromissos¹² que demonstrassem continuísmo do governo anterior:

- I. Expandir e fortalecer a democracia política, econômica e socialmente;
- II. Crescer mais, com expansão do emprego e da renda, com equilíbrio macroeconômico, sem vulnerabilidade externa e desigualdades regionais;
- III. Dar seguimento a um projeto nacional de desenvolvimento que assegure grande e sustentável transformação produtiva do Brasil;
- IV. Defender o meio ambiente e garantir um desenvolvimento sustentável;
- V. Erradicar a pobreza absoluta e prosseguir reduzindo as desigualdades. Promover a igualdade, com garantia de futuro para os setores discriminados na sociedade;
- VI. O Governo Dilma será de todos os brasileiros e brasileiras e dará atenção especial aos trabalhadores;
- VII. Garantir educação para a igualdade social, a cidadania e o desenvolvimento;
- VIII. Transformar o Brasil em potência científica e tecnológica;
- IX. Universalizar a saúde e garantir a qualidade do atendimento do SUS;
- X. Prover as cidades de habitação, saneamento, transporte e vida digna e segura para os brasileiros;
- XI. Valorizar a cultura nacional, dialogar com outras culturas, democratizar os bens culturais e favorecer a democratização da comunicação;
- XII. Garantir a segurança dos cidadãos e combater o crime organizado;
- XIII. Defender a soberania nacional. Por uma presença ativa e altiva do Brasil no mundo.

A alta popularidade ao final do mandato do ex-presidente Lula em 2010 permitiu que o Partido dos Trabalhadores ganhasse com mais tranquilidade a eleição daquele ano, tendo como principal opositor José Serra (PSDB). Assim, no dia 31 de outubro

¹² Disponível em: Programa de governo do Partido dos Trabalhadores (2010) – Coligação “Para o Brasil Seguir Mudando” – Presidente Dilma Rousseff / Vice-presidente Michel Temer.

de 2010, com 55,7 milhões de votos (56,05% dos votos válidos frente a 43,7 milhões de Serra, ou o mesmo que 43,95% dos votos válidos), Dilma Rousseff foi eleita a primeira mulher presidente na história política do Brasil.

Apesar do baixo crescimento econômico observado durante o período 2011-2014, nas eleições presidenciais deste último ano, Dilma Rousseff foi reeleita Presidenta do Brasil com 51,64% dos votos válidos (aproximadamente 54 milhões de votos) frente a Aécio Neves (PSDB) com 48,36% dos votos válidos durante o segundo turno. Em seu discurso de posse¹³, comentou sobre os desafios do novo mandato:

Mais que ninguém sei que o Brasil precisa voltar a crescer. Os primeiros passos desta caminhada passam por um ajuste nas contas públicas, um aumento na poupança interna, a ampliação do investimento e a elevação da produtividade da economia. Faremos isso com o menor sacrifício possível para a população, em especial para os mais necessitados. Reafirmo meu profundo compromisso com a manutenção de todos os direitos trabalhistas e previdenciários.

O gráfico 5 será útil ao longo da pesquisa, uma vez que busca sintetizar os principais resultados do governo Dilma mostrando a evolução do PIB brasileiro entre os anos 2011 e 2017. Conforme se pode notar, ocorre uma expressiva queda no crescimento econômico, inclusive atingindo valores negativos a partir de 2015. As próximas seções debaterão, em algumas medidas, as possíveis causas desse desempenho.

¹³ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/politica/480013-integra-do-discurso-de-posse-da-presidente-dilma-rousseff-no-congresso.html>> último acesso em: 21/03/2016.



Gráfico 5 – Evolução do PIB brasileiro (2011-2017¹⁴)

Fonte: IBGE, 2016.

3.2 Política externa e os BRICS

Para Giannini (2014, p. 14-15) o governo Dilma, tal como o governo Lula, baseou sua política externa visando majoritariamente à busca pelo aumento da sua participação e de outros países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, em órgãos multilaterais, tal como o próprio Fundo Monetário e a vitória brasileira para presidir a Organização Mundial do Comércio (OMC). Entretanto, diferente do seu antecessor, Dilma não deu ênfase às viagens ao exterior, se ausentando de diversos compromissos e conferências (CORSI, 2015).

No que tange às relações entre o governo Dilma e o FMI, destaca-se a certa autonomia em relação ao organismo internacional, representada principalmente pela criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR), ambos propostos pelos BRICS¹⁵.

De início, o NBD contará com um capital de US\$ 50 bilhões e com perspectivas de alcançar US\$ 100 bilhões; também emprestará apenas para países membros, sendo que no futuro isso possa ser mudado a fim de diminuir a dependência de países de

¹⁴ Para os anos de 2016 e 2017, foi utilizada a projeção do Governo Federal. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/11/fazenda-mantem-previsao-de-pib-de-1-para-2017>>. Último acesso em: 14/12/16.

¹⁵ Sigla que corresponde ao conjunto de mercados emergentes que se destacaram economicamente na década de 2000: Brasil, Rússia, Índia, China e em 2010 foi adicionado o “S” correspondente à África do Sul.

instituições financeiras dominantes, já que o Banco do BRICS não colocaria - a princípio - condicionalidades para o empréstimo. Esse novo banco, análogo ao Banco Mundial, tem como objetivo principal financiar projetos em infraestrutura de países em desenvolvimento.

Já o ACR, por sua vez, concentra suas forças em ajudar os membros do bloco no caso de uma súbita fuga de capitais, tal como o FMI já faz. Esse organismo do BRICS contará inicialmente com US\$ 100 bilhões para realizar suas operações e deve trazer medidas mais brandas para empréstimos, fazendo frente às medidas de austeridade do Fundo.

De Mesquita (2015) afirma ainda que mesmo que esses novos organismos convivam com os já existentes, a criação daqueles é fundamental, uma vez que esse fenômeno pressiona a conclusão das reformas propostas na década anterior no sistema econômico internacional. Os organismos comandados pelos BRICS serão diferenciados uma vez que, por exemplo, a estrutura de votos no NBD será igualitária entre os membros, já que essa é uma forma democrática de decidir quais medidas serão tomadas.

Por fim, em julho de 2014, durante a Cúpula do BRICS em Fortaleza (Brasil), formalizou-se a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e que, num primeiro momento, seguirá a seguinte organização:

- I. Conselho de Administração: Brasil
- II. Conselho de Governadores: Rússia
- III. Presidente do Banco: Índia;
- IV. Sede do Banco: China;
- V. Sede regional do Banco: África do Sul.

Tal como concluem De Aquino e Daldegan (2014, p. 72), o surgimento do novo banco proposto pelos BRICS será visto futuramente como uma alternativa às instituições herdadas do Sistema Bretton Woods¹⁶, porém não significa dizer que o

¹⁶ Segundo Almeida (2002), o conceito de "Sistema de Bretton Woods" pode assumir duas faces distintas, porém relacionadas entre si. A primeira noção desse sistema vem de encontro ao papel e ao funcionamento de duas importantes organizações internacionais criadas em 1944, na cidade norte-americana de Bretton Woods, para administrar as relações financeiras e monetárias internacionais, denominadas de Fundo Monetário Internacional – FMI – e de Banco Internacional de Reconstrução e desenvolvimento – BIRD. Por outro lado, o autor também destaca a existência de um sentido mais

mesmo será responsável por uma transformação no sistema econômico internacional, uma vez que seria precipitado ter essa ideia. Confirma-se isso no próprio discurso da Presidenta Dilma Rousseff no encerramento da VI Cúpula do BRICS, onde afirma que o NBD teria como função “complementar os mecanismos financeiros existentes, liberando o Fundo Monetário Internacional para acudir às economias vulneráveis”.

3.3 Resultados macroeconômicos

Dilma foi eleita em 2010 em um cenário econômico otimista para o Brasil. Após sucessivos anos de crescimento, a expectativa era que o Brasil mantivesse o ritmo aliado a programas sociais e à postura desenvolvimentista da nova presidenta eleita (PIRES e ANDRÉ, 2015).

À época, o estilo contundente de Dilma, em comparação com o estilo conciliador de classes adotado pelo ex-presidente Lula, sinalizaria, para muitos, uma nova etapa de medidas econômicas e reguladoras que poderiam domesticar o excludente capitalismo brasileiro, caracterizado por altas taxas de rentabilidade, especialmente do segmento bancário-financeiro, elevada concentração da renda e da propriedade e elevada pobreza, a despeito das melhorias sociais verificadas nos anos anteriores. Dilma estaria indo além de Lula, rompendo o “acordo” entre a cúpula do Partido dos Trabalhadores (PT) – comandada pelo ex-presidente e por José Dirceu – e o setor dominante bancário financeiro brasileiro; e avançando na estratégia desenvolvimentista (ampliando a frente política desenvolvimentista gestada no 2º governo Lula), buscando manter elevadas taxas de crescimento do PIB com a inclusão dos segmentos mais pobres da população brasileira (PINTO, 2016, p. 21).

O plano econômico do governo da Presidenta Dilma Rousseff foi marcado ora por medidas restritivas, ora por medidas anticíclicas, ainda que se tenha mantido o regime de políticas macroeconômicas dos três governos anteriores (combinação do regime de metas de inflação, câmbio flutuante e geração de superávit primário).

Frente às dificuldades internacionais e que refletiam no plano interno brasileiro, o governo federal foi obrigado a intervir em diferentes momentos em busca de manter o crescimento econômico e os baixos níveis de desemprego. Apesar desses esforços, a partir disso o país passou a observar uma desaceleração na atividade econômica

amplo e que se refere às políticas implementadas por essas instituições no plano multilateral e nas suas relações com os países-membros.

que tentou ser contida pela redução na taxa Selic e aumento da atuação dos bancos públicos, como forma de atingir a economia diretamente. Para Pires e André (2015, p. 215), essas diferentes intervenções caracterizaram a falta de um projeto consistente na gestão da economia, com a impressão de que o governo “perdeu-se nas emergências do dia-a-dia”.

Corsi (2015, p. 98-99) faz crítica à percepção do governo diante da crise internacional, julgando que o Planalto subestimou o impacto externo na economia brasileira, optando assim por manter a política macroeconomia desalinhada: câmbio valorizado e taxas altas de juros, deteriorando expectativas e diminuindo as taxas de investimento no país.

A partir deste contexto, as seguintes seções buscam identificar quais foram as atitudes e intervenções do governo na macroeconomia do país, dentro da esfera da política monetária, fiscal e cambial durante o primeiro mandato e início do segundo governo da presidenta.

3.3.1 Política monetária

No plano da Política Monetária o governo Dilma foi marcado por oscilações nas taxas de juros frente aos diferentes momentos que o país atravessava. Como se observa no gráfico 6, em 2011, partindo do patamar de 10,75%, houveram sucessivas elevações até o final do primeiro semestre, com intuito de conter a inflação, atingindo 12,50%. A partir de então, com a desaceleração da economia, o COPOM¹⁷ decide rebaixar a taxa Selic no Brasil, a fim de estimular o crescimento. Em 2012, a taxa básica de juros atingiu 7,25% - vide gráfico 6 - semelhante às principais economias do mundo (CORSI, 2015).

Sobre a decisão de rebaixamento da Selic no ano de 2012, Corsi (2015, p. 99) ainda aponta:

Os setores rentistas, irritados com a postura do governo em relação as metas de inflação por eles considerada leniente, ficaram bastante descontentes com a redução dos juros. Estes setores passaram a fazer acirrada oposição ao governo. A grande imprensa, expressando esses interesses, passou a criticar sistematicamente o governo na tentativa de estabelecer, no mínimo, a pauta dos debates.

¹⁷ COPOM - Comitê de Política Monetária foi criado em 1996 e é o órgão da política monetária do Banco Central do Brasil, responsável por estabelecer a meta para a taxa básica de juros.

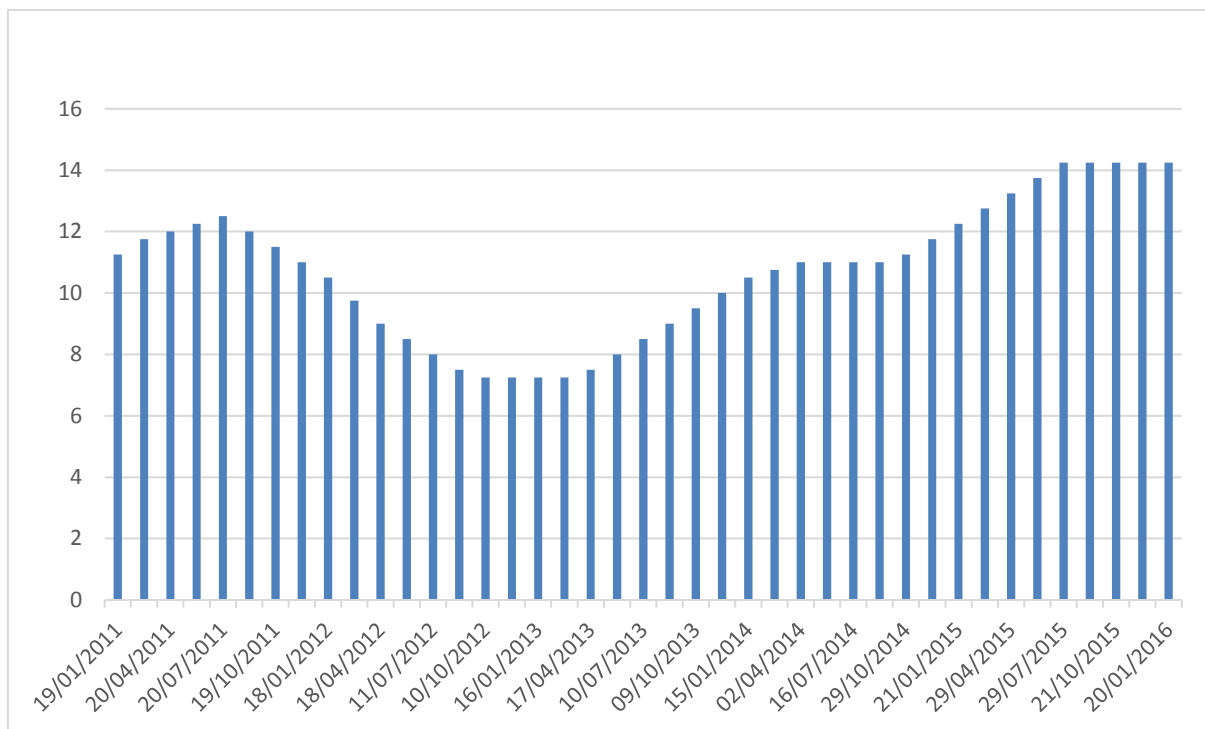


Gráfico 6 – Histórico das taxas de juros no Brasil (2011-2016)

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016. Nota: Editado pelo autor¹⁸.

Com a baixa resposta da atividade econômica e o crescimento da inflação observado no quadro 2 a seguir, retoma-se o crescimento das taxas de juros a partir de 2013. Para Cagnin et al (2013, p. 171) “o combate à inflação, que havia cedido espaço para a busca de um crescimento econômico mais acelerado, voltou a ocupar o topo das prioridades do governo em 2013”.

Entre 2014 e 2015, a inflação atinge 6,41% e 10,67% ao ano respectivamente, acompanhando o baixo crescimento do país; somado a isso, a Selic flutuou de 10,5% a 14,25% nesse mesmo período e é estagnada nesse último percentual pelo COPOM. A retomada do crescimento da inflação, somado a fatores políticos, promove grande insatisfação popular, fazendo com que a popularidade da presidenta atinja níveis recordes negativos: em 2015, em seu segundo mandato, o governo Dilma era reprovado por 71% da população e aprovada apenas por 8% dos entrevistados¹⁹.

¹⁸ Relatório completo disponível na seção “Apêndice” ao final deste trabalho.

¹⁹ Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-dilma-tem-pior-reprovacao-da-serie-historica-e-atinge-71,1739107>>. Último acesso em: 10/03/16.

Quadro 2 - Histórico de metas para a inflação no Brasil (2010-2015)

Ano	Norma	Meta (%)	Limite Inferior e Superior (%)	Inflação Efetiva (IPCA ²⁰ % ao ano)
2010	Resolução 3.584	4,50	2,50-6,50	5,91
2011	Resolução 3.748	4,50	2,50-6,50	6,50
2012	Resolução 3.880	4,50	2,50-6,50	5,84
2013	Resolução 3.991	4,50	2,50-6,50	5,91
2014	Resolução 4.095	4,50	2,50-6,50	6,41
2015	Resolução 4.237	4,50	2,50-6,50	10,67

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016. Nota: Editado pelo autor.

Pires e André (2015, p. 211) avaliam a política monetária de Dilma, durante seu primeiro mandato, da seguinte forma:

Em suma, pode-se dizer que durante o governo Dilma houve uma tentativa de praticar uma política monetária menos ortodoxa, a qual acabou por não se sustentar – principalmente em virtude do ressurgimento de fortes pressões inflacionárias –, obrigando o Banco Central a adotar uma política mais restritiva, o que, por certo, responde, em parte, pela redução das taxas de crescimento observadas nos últimos anos.

Por último, vale ressaltar o crescimento da dívida pública durante o governo Dilma: a dívida pública bruta em relação ao PIB saltou de 51,7% em 2010 para 57,1% ao final do primeiro mandato do governo Dilma. Em 2015, durante o início de seu segundo mandato, a dívida pública sobe ainda mais: 66,2% do PIB ou R\$ 3.927,5 bilhões, como observado no gráfico 7 (BANCO CENTRAL, 2016).

²⁰ IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

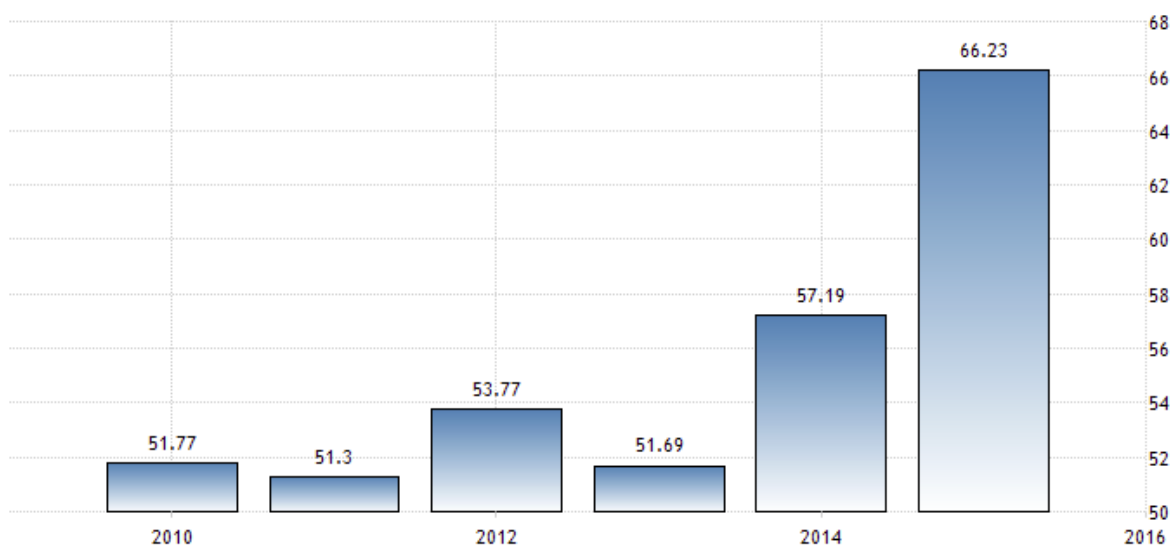


Gráfico 7 – Crescimento da dívida pública bruta (% PIB)

Fonte: Tranding Economics, 2016.

Parte deste aumento foi proporcionado pelo aumento do serviço da dívida, já que durante o governo Dilma as taxas de juros básicas voltaram a subir, principalmente a partir de 2015 quando a SELIC atinge 14,25%. Ou seja, o aumento da taxa de juros, impactou negativamente a dívida pública no Brasil.

Ainda que o número seja alarmante, quando comparado às grandes economias mundiais é muito menor: Japão tem 245,9% do seu PIB comprometido em dívida pública; Estados Unidos tem 104,85%; França, 97,09%²¹.

3.3.2 Política cambial

No que se refere à política cambial, o governo de Dilma Rousseff permaneceu com o regime de flutuação suja, ainda que tenha havido maior coordenação entre o Ministério da Fazenda e o Banco Central (Cagnin et al, 2013).

Rossi (2015, p. 710) destaca a importância do câmbio em países com pauta exportadora baseada em *commodities*:

²¹ Dados disponíveis em: <<http://www.statista.com/statistics/268177/countries-with-the-highest-public-debt/>>. Último acesso em: 24/03/2016

Dessa forma, a receita de exportação do país produtor de commodities tende a ser mais volátil que aquela de um país exportador de bens industriais e, portanto, a oferta de divisas decorrente do comércio externo dependerá do ciclo de preços dos produtos básicos. Essa instabilidade é transmitida para a taxa de câmbio e com isso afeta o restante da economia. Portanto, em países com uma pauta de exportação fortemente baseada em commodities, a política cambial é importante para amenizar o impacto da volatilidade desses preços na taxa de câmbio.

Outro ponto²² abordado por Rossi (2015, p. 710-711) é a importância de um protagonismo na política cambial, a fim de evitar sua sobreapreciação de forma a evitar a chamada “doença holandesa”, que será abordada mais adiante. Portanto, é necessário identificar uma taxa de câmbio de “equilíbrio”, ou seja, que seja vantajosa para o setor industrial e que não permita com que o país desenvolva a “doença holandesa”.

Historicamente, entre 2011 e 2016, a cotação do dólar bate dois recordes: em janeiro de 2011, já no início do governo de Rousseff, o dólar chega a valer R\$ 1,65²³: a menor cotação desde a crise de 2008. Em janeiro de 2016, por outro lado, a cotação do dólar sobe e atinge R\$ 4,16²⁴: a maior cotação desde que o Real foi criado em 1994. No gráfico 8 é possível visualizar a flutuação do dólar durante o período: observa-se que, a partir de 2015 a cotação do dólar passa por sucessivos aumentos.

²² Além destes dois pontos, Rossi (2015, p. 718) cita também a ineficiência dos mercados financeiros, as operações de *carry trade* e o mercado futuro de câmbio. Essas características são, segundo o autor, fundamentais para entender a formação do câmbio no Brasil.

²³ Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/cotacoes/ultimas-noticias/2011/01/03/dolar-tem-menor-cotacao-desde-setembro-de-2008.jhtm>>. Último acesso em: 10/03/16.

²⁴ Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/cotacoes/noticias/redacao/2016/01/21/dolar-sobe-e-fecha-a-r-4166-novo-recorde-desde-criacao-do-real-em-1994.htm>>. Último acesso em: 10/03/16.

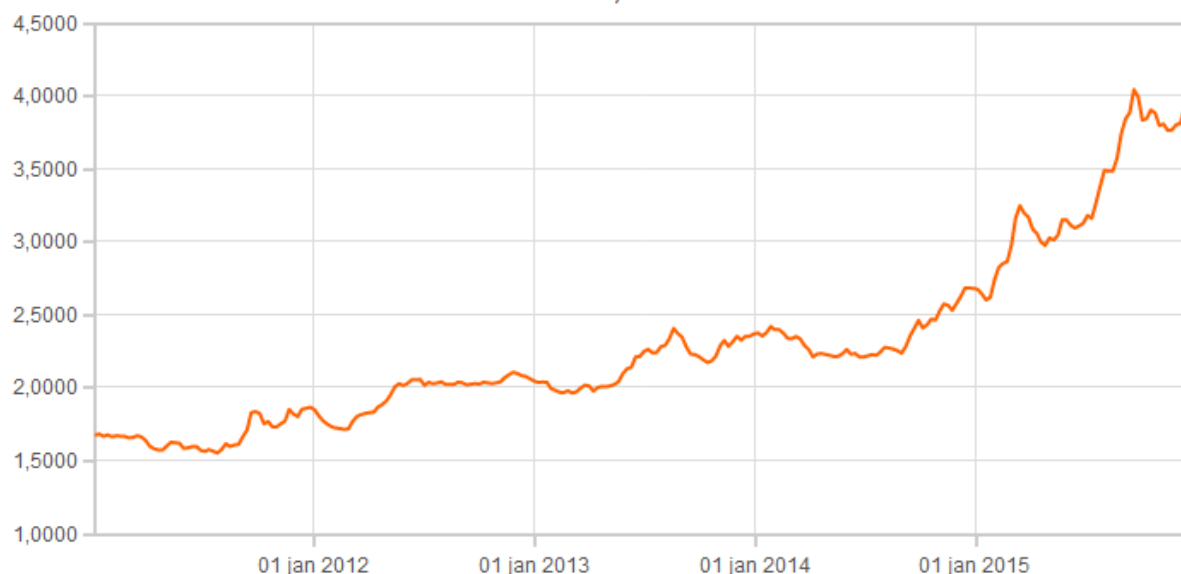


Gráfico 8 – Histórico da taxa de câmbio no Brasil (2010-2015)

Fonte: OANDA, 2016.

No início de seu governo, Rousseff buscou promover maior desvalorização do Real, uma vez que estava sobrevalorizado, visando melhorar a competitividade da indústria nacional. Assim, a cotação do Real frente ao dólar ultrapassa o patamar de R\$ 2,00 em 2012 depois de sucessivas intervenções do Banco Central, principalmente no que se diz respeito à elevação da alíquota do Imposto sobre Operações Financeira - IOF (PIRES & ANDRÉ, 2015). Pinto (2016, p. 22) destaca que “essa estratégia de defesa da indústria nacional eliminou a política de valorização cambial que fora, ao longo da década de 2000, o principal instrumento de controle da inflação utilizado pelo Banco Central”.

Sobre o primeiro mandato de Rousseff, Corsi (2015, p. 100) comenta:

A associação de taxas altas de juros com moeda valorizada foi a principal causa da redução dos investimentos. Em 2011, a taxa de investimento, medida pela formação bruta de capital fixo, cresceu 4,7%, representando 19,3% do PIB. Em 2012, observa-se uma retração de 4,0% nos investimentos (18,17% do PIB), devido, sobretudo, a queda na produção de máquinas e equipamentos. Em 2013, a taxa de investimento cresceu 5,18%, situando-se em 18,18% do PIB. Nos dois primeiros trimestres de 2014, o investimento caiu cerca de 14,0%.

3.3.3 Política fiscal

Como já destacado anteriormente, em face das dificuldades internacionais refletidas na conjuntura econômica brasileira, o governo federal buscou intervir em diferentes momentos em busca de manter o crescimento econômico e os baixos níveis de desemprego.

As intervenções, no entanto, podem ser caracterizadas de diferentes formas durante o período. Como exemplo, a utilização de medidas restritivas durante o período inicial do mandato de Rousseff, quando no primeiro semestre de 2011 o governo adotou políticas fiscais e monetárias com intuito de desacelerar a demanda e conter a inflação que avançava. Oposto a isso, no quadro de medidas anticíclicas, identifica-se o primeiro semestre de 2012, quando por complicações no cenário externo²⁵, houve certa desaceleração da economia interna e o governo teve de reagir: houve redução em diferentes taxas de juros, estímulo ao crédito e desonerações tributárias diversas (CAGNIN et al, 2013).

A medida que ficou evidente a forte desaceleração da economia, o governo Dilma buscou flexibilizar a política de juros elevados, câmbio apreciado e meta de inflação, o que indicava que o governo, finalmente, estaria rompendo com a política macroeconômica neoliberal. A partir de agosto de 2011 o governo iniciou cautelosa redução da taxa básica de juros, que em outubro de 2012 atingiu a cifra de 7,25%, aproximando-se das taxas vigentes nas principais economias do mundo. Ao mesmo tempo, Dilma reduziu o compulsório e o IOF sobre o crédito pessoal. Também incrementou o gasto público tanto na rubrica de custeio quanto na de investimento. O salário mínimo sofreu forte aumento. Os auxílios relativos ao programa bolsa família também foram majorados. O governo ampliou a política de desoneração fiscal de setores considerados importantes para estimular a economia. Também buscou proteger setores em dificuldade devido à acirrada concorrência externa por meio de várias medidas (BARBOSA, 2013; SICSÚ, 2013 apud CORSI, 2015).

No primeiro mandato de Dilma, em relação à arrecadação de impostos e contribuições federais, houve um crescimento inicial, porém, fechou o ano de 2014 (o último de seu primeiro mandato) em queda de 1,8% (FERNANDES, 2015), como observado no quadro 3.

²⁵ Principalmente a Crise do Euro, na Europa.

Quadro 3 – Arrecadação de impostos e contribuições federais (2011-2015)

Ano	Arrecadação (R\$ milhões)	Crescimento Nominal	Crescimento Real
2010	826.518,96	18,4	9,8
2011	969.892,06	17,3	10,1
2012	1.029.259,61	6,1	0,7
2013	1.138.325,91	10,6	4,1
2014	1.187.952,30	4,4	-1,8
2015	1.221.000,00	2,8	-5,6
Média do Período		9,9	2,9

Fonte: Fernandes, 2015, p. 68. Nota: editado pelo autor²⁶.

A partir da queda da Selic em 2011, o governo passou a reduzir os gastos relacionados a juros. Ainda neste mesmo ano são lançadas diretrizes sobre as políticas industriais, tecnológicas e de comércio exterior para todo o primeiro mandato de Rousseff e que incluíam medidas de incentivos fiscais, a fim de promover o desenvolvimento do país, impactando diretamente na arrecadação do governo. O Plano Brasil Maior (2011-2014) foi dividido em duas grandes vertentes: as ações transversais (a fim de reduzir custos e aumentar a produtividade das empresas frente à concorrência internacional) e as ações setoriais, visando construção de programas e projetos em uma parceria público-privado (FERNANDES, 2015).

Ações Transversais:

- I. Comércio exterior, defesa comercial e estímulo à internacionalização de empresas;
- II. Incentivos ao investimento;
- III. Incentivos à inovação;
- IV. Formação e qualificação profissional;
- V. Produção sustentável e estímulo à adoção de fontes renováveis na indústria;
- VI. Competitividade de pequenos negócios;

²⁶ Dados de 2015, disponíveis em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4403702/arrecadacao-soma-r-12-trilhao-em-2015-pior-resultado-em-cinco-anos>>. Último acesso em: 02/11/2016

- VII. Ações especiais em desenvolvimento regional;
- VIII. Garantia de acesso ao crédito e bem-estar do consumidor.

Ações Setoriais:

- I. Fortalecimento das cadeias produtivas;
- II. Ampliação e criação de novas competências tecnológicas e de negócios;
- III. Desenvolvimento das cadeias de suprimento em energias;
- IV. Diversificação nas exportações e internacionalização de produtos manufaturados;
- V. Consolidação de competências na economia do “conhecimento natural” – desenvolvimento científico em setores intensivos em recursos naturais.

Com o lançamento deste plano, houve um aprofundamento no pacote de desonerações tributárias - que já haviam sido feitas em pequena escala durante o governo Lula em 2008/2009 - principalmente no Imposto sobre Produto Industrializado (IPI); essa foi a alternativa encontrada, uma vez que o governo adiou novamente propostas de reforma tributária. Com isso, pretendia-se reduzir tributos e aumentar o investimento privado, como forma de dinamizar a economia, criando um desenvolvimento sustentável. Cagnin et al (2013, p. 181) comenta:

A maior parte das medidas de desoneração fiscal integrou o Plano Brasil Maior, lançado em agosto de 2011. Dentre elas podem ser citadas: redução do IPI sobre bens de investimento; instituição do Reintegra (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras), que permite a devolução às empresas de até 3% das receitas de exportação; redução gradual do prazo de devolução de créditos referentes ao PIS-PASEP/COFINS sobre bens de capital; ampliação do Simples Nacional; desoneração da folha de pagamento de setores intensivos em mão de obra (confeccções, móveis, calçados, *softwares*); e estabelecimento de um novo regime tributário para o setor automotivo.

Não obtendo o resultado esperado, o governo passa a promover uma política expansionista - de aumento dos gastos públicos - a fim de tentar conter a desaceleração econômica (Cagnin et al, 2013, p. 181-182). Pinto (2016, p. 23) avalia:

As medidas econômicas adotadas não surtiram os efeitos esperados no que tange ao dinamismo do PIB – que cresceu 3,9% em 2011 e 1,9% em 2012 – e do investimento, que expandiu 6,7% em 2011 e apenas de 0,8% em 2012, mas, mesmo assim, garantiram a manutenção do emprego e da renda da população.

Após a reeleição, no entanto, a crise se agravou e o PIB brasileiro recuou 3,8% em 2015. Somado a isso, o desemprego aumentou no país e houve redução da renda real dos trabalhadores (PINTO, 2016, p. 27). O governo, que deixou de arrecadar cerca de 400 bilhões entre 2011 e 2016, não viu resultados das desonerações em prol do crescimento do PIB do país e, como resultado ao longo dos 4 anos de renúncias fiscais, houve deterioração nas contas do governo.

O governo muda então sua orientação macroeconômica, buscando a austeridade: o serviço da dívida pública se elevou devido ao aumento das taxas de juros, enquanto cortes de orçamento foram feitos na área de saúde e educação. Todos os fatores combinados contribuíram para a recessão iniciada em 2015 e tais índices alavancaram a insatisfação popular, mobilizando grandes manifestações de rua: as maiores desde o movimento “Diretas Já”²⁷, na década de 1980.

Sob acusação de abrir decretos de suplementação orçamentária em 2015, em 12 de maio de 2016 o Senado Brasileiro decretou o afastamento de Dilma da presidência. Assumindo interinamente o vice-presidente, Michel Temer (PMDB), fez promessas de reformas no setor público e nova retomada do crescimento, descritos em seu programa de governo chamado “Uma ponte para o futuro”.

²⁷ Movimento civil que reivindicava eleições presidenciais no Brasil após vinte anos de ditadura militar.

4 EXPLICAÇÕES PARA A CRISE: A VISÃO ORTODOXA

O quarto e quinto capítulo deste trabalho buscam abordar explicações para a recessão na economia brasileira que se deu a partir de 2015 durante o segundo mandato de Dilma Rousseff. A divisão feita aqui é baseada no debate entre as teorias ortodoxas e heterodoxas da economia. Apesar desta construção ser útil para a discussão abordada, existem divergências para separar completamente determinados autores em cada uma destas categorias. Assim, a classificação dada aos autores abordados está ligada às ideias expostas pelos mesmos e como estas conversam com a revisão teórica apresentada previamente.

A partir desta breve introdução, o quarto capítulo deste estudo busca entender, primeiramente no plano teórico, o que é a visão ortodoxa da economia e como os pensadores dessa corrente entendem e interpretam a realidade a partir de determinadas hipóteses contidas nessa visão. A partir deste entendimento, o estudo seguirá com uma revisão de textos de autores de cunho ortodoxo e que buscam explicar o período da história econômica brasileira compreendido entre os anos 2011 e 2016, quando o país foi governando pela presidenta Dilma Rousseff.

4.1 A visão ortodoxa: revisão da literatura

Esta seção busca apresentar, a partir de uma revisão da literatura, os conceitos básicos para se entender a visão ortodoxa da economia, para assim discutir na próxima seção como diversos autores que seguem esta linha de raciocínio explicam o período da história brasileira compreendido entre os anos de 2011 e 2016.

Noije (2015, p. 7-8), a partir das contribuições de Dequech (2007), traz a definição da economia ortodoxa, definindo o pensamento *mainstream* como “a mais recente escola de pensamento econômico dominante, sendo a que atualmente ocupa esse posto é a neoclássica”, além de que “destaca-se a eficiência do mercado como alocador de recursos e defende-se como principal objetivo da política econômica a retirada de barreiras para o livre funcionamento dos mercados”. Em seguida, o autor supracitado (2015, p. 11) sintetiza as principais ideias dessa corrente econômica, agrupando-as em três, sendo desenvolvidas ao longo deste trabalho:

- I. A oferta gera sua própria demanda;
- II. A moeda é neutra e
- III. A economia funciona com pleno emprego dos fatores de produção

A primeira hipótese apresentada pelos acadêmicos da linha ortodoxa é fundamentada pela “lei de Say”. Nela, qualquer quantidade de mercadoria produzida pode ser vendida e, assim, no longo prazo a oferta se igualaria à demanda, sem que haja excessos na produção de bens (LUCHT; OREIRO, 2006, p. 4). Mollo (2004, p. 324) complementa de forma que “o resultado da Lei de Say é um resultado harmônico de equilíbrio de mercados em geral, sejam os mercados de produtos, de um lado, sejam os de fatores de produção, como trabalho, capital, terra e recursos naturais, do outro”.

Para que tal Lei seja considerada verdadeira, há de se considerar dois pontos: a renda das famílias é sempre gasta, uma vez que os trabalhadores não fazem poupança e todo o nível da produção é “solvable” (LUCHT; OREIRO, 2006, p. 4). Assim, na visão ortodoxa, em casos de produção excedente o bom funcionamento do mercado seria o suficiente para corrigir quaisquer desequilíbrios econômicos (NOIJE, 2015, p. 11). Mollo (2004, p. 324) ainda avalia que:

É preciso que a moeda seja vista como algo não desejável por si mesma para que não haja vazamentos no fluxo circular de renda que garanta a Lei de Say, ou seja, no fluxo de rendas pagas pelas empresas às famílias pelos fatores de produção, rendas com as quais as famílias comprem os produtos das empresas. Em caso contrário, os vazamentos correspondentes à moeda retida deixam de comprar produtos, os quais passam a sobrar, conduzindo à queda da utilização dos fatores de produção. O resultado é a crise, ou a negação da Lei de Say, com superprodução ou produção invendável, de um lado, e desemprego, do outro.

A segunda hipótese ortodoxa é de que a moeda tem caráter neutro. Entende-se por neutralidade:

Fundamentada na concepção teórica da economia clássica, significa que uma mudança permanente na quantidade de moeda não surte efeito nas variáveis reais da economia no longo prazo, tais como produto, nível de emprego, juros reais, preços relativos, entre outros, tendo efeito apenas nas variáveis nominais, como nível de preços, juros nominais, etc. Segundo essa hipótese, o crescimento de longo prazo depende exclusivamente de fatores não monetários (CAMPOS, 2010, p. 1).

Assim, a moeda permanece neutra no longo prazo e a economia só pode ser afetada por fatores externos, como novas tecnologias. Para Mollo (2004, p. 328), na visão ortodoxa:

Para que os efeitos reais sejam neutralizados, cumpre papel destacado a ideia de que é a quantidade real de moeda — e não a nominal — que importa para a decisão dos agentes econômicos. Quanto mais rápido isso for percebido e quanto mais estável for a demanda de moeda, mais rápido os preços reagem aos aumentos de demanda até que o nível geral de preços aumente proporcionalmente ao aumento da quantidade de moeda.

Assim, esses efeitos “não neutros” da moeda são passageiros na economia e causados por variáveis externas, garantindo-se a neutralidade pelo menos no longo prazo.

Para Campos (2010, p. 5), a neutralidade é possível pois “a perfeita atuação dos mecanismos de mercado e a capacidade de racionalizar as expectativas dos agentes econômicos criam os canais necessários que possibilitam a resposta imediata dos preços a qualquer variação na oferta monetária”. Mollo traduz o pensamento ortodoxo sobre a neutralidade da moeda no seguinte trecho (2004, p. 328-329):

É a aceitação da neutralidade que justifica a prioridade de controle dos preços sobre a garantia do crescimento econômico. Nestas concepções o mercado é o regulador mais eficiente e é preciso, por isso, garantir que os preços relativos não fiquem distorcidos por processos inflacionários. Além disso, como a moeda é neutra, o crescimento do produto não é percebido como muito comprometido. No máximo o será de forma transitória. É esta neutralidade, pois, ou a ideia de efeitos meramente transitórios da moeda sobre a economia real que torna mais fácil, para seus defensores, a proposição de controle monetário restritivo para redução da inflação, uma vez que os custos sociais envolvidos não tendem a ser encarados como elevados.

Por fim, a última hipótese no contexto ortodoxo é de que a economia funciona com pleno emprego dos fatores de produção. Esta é consequência das anteriores, uma vez que o pleno emprego dos fatores de produção só se daria em um cenário onde o mercado sofre poucas interferências governamentais; assim, a interação entre oferta e demanda guiaria a alocação dos recursos (NOIJE, 2015, p. 13). Mollo (2004, p. 324) argumenta de forma semelhante ao concluir que o resultado da Lei de Say é o “equilíbrio harmônico” dos fatores de produção e caso haja a negação dessa Lei, o resultado colocado são as crises econômicas.

Ainda sobre a terceira hipótese, sintetiza-se:

Toda essa análise é realizada partindo-se do pressuposto da existência de uma hipotética concorrência perfeita. Chega-se ao equilíbrio geral de toda a economia genialmente formulado por Walras. Consumidores maximizam sua satisfação, produtores maximizam seus lucros, o pleno emprego está garantido, os fatores de produção são alocados entre as diversas possíveis empresas de forma ótima, e dentro de cada empresa, são eles usados com a máxima eficiência. (BRESSER-PEREIRA, 1976, p. 4).

Noije (2015, p. 17) conclui sobre a visão ortodoxa avaliando que a mesma oferece “soluções muito simples para o problema da realização econômica, sequer admitindo que tal problema exista em contextos de livre mercado”. Mollo (2014, p. 329) enxerga que somente na possibilidade da existência de mercados classificados como “eficientes²⁸”, é possível que haja neutralidade da moeda e pleno emprego dos fatores de produção como a teoria ortodoxa apresenta.

4.2 A visão ortodoxa e o governo Dilma

Após dois mandatos consecutivos do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Brasil elegeu em 2010 Dilma Rousseff, do mesmo partido do seu antecessor, acreditando que o Brasil estava no caminho do desenvolvimento e que os bons resultados da década anterior poderiam ser reeditados, acompanhando a distribuição de renda.

A equipe monetária do governo, ainda que tenha – por certo período – mantido algumas das diretrizes econômicas do governo anterior, não foi capaz de manter o crescimento por mais meia década e o Brasil chegou em 2014 com crescimento quase nulo²⁹, iniciando um novo período de recessão na economia interna³⁰.

Para os economistas da corrente ortodoxa, a causa do baixo crescimento e recessão que o país apresentou nos últimos anos foi resultado de como o governo passou a interferir na economia (principalmente pelo controle de preços e aumento da

²⁸ Entende-se mercado eficiente como aquele cujo os preços são flexíveis, as informações são perfeitas e a concorrência também é perfeita.

²⁹ Em 2014, o crescimento do PIB foi de 0,5%. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/11/1833011-ibge-revisa-crescimento-do-pib-em-2014-de-01-para-05.shtml>>. Último acesso: 14/12/16.

³⁰ Em 2015, o PIB brasileiro passou por uma recessão de 3,8%. Disponível em: <[Http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/03/1745810-pib-cai-38-em-2015-o-pior-resultado-desde-1996.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/03/1745810-pib-cai-38-em-2015-o-pior-resultado-desde-1996.shtml)>. Último acesso em: 10/08/16.

participação dos bancos públicos) e pelo aumento do gasto público, com o governo acreditando na visão de que a demanda criaria sua própria oferta (exatamente o oposto do que pregam os ortodoxos). Para explicar tais fenômenos, será desenvolvido a partir da próxima seção o conceito de Populismo Macroeconômico Latino-Americano; tal fenômeno é taxado como uma das principais explicações para a recessão brasileira a partir de 2015 dentro da avaliação ortodoxa.

4.2.1 Populismo macroeconômico latino-americano

Para os defensores dessa tese, a América Latina constantemente repete os ciclos econômicos, destacando-se os períodos de populismo macroeconômico adotados por diferentes governos. Ainda que diferentes países tenham adotado essa ferramenta, existem muitas peculiaridades locais, mas também diversas características em comum.

Para os primeiros teóricos deste tema, o populismo econômico emergiria de uma população extremamente insatisfeita com o desempenho econômico do país no período anterior, o que faz com que os *policy makers* rejeitem o discurso conservador e adotem medidas que envolvam os elementos: reativação, redistribuição e reestruturação da economia. Dessa forma, combinando crescimento econômico e redistribuição de renda, tira-se a ênfase de riscos de crescimento inflacionário e déficits financeiros no futuro. Para isso, estimular-se-ia a demanda interna, controlando preços e valorizando os salários (DORNBUSCH; EDWARDS, 1991, p. 7-10).

Para Dornbusch e Edwards (1991, p. 11-13) e Loureiro (2008, p. 3-5), o Populismo Macroeconômico Latino-Americano - PML divide-se geralmente em quatro períodos:

- I. **Fase um:** O Estado aplica medidas monetárias expansivas, num período onde observa-se crescimento real dos salários, diminuição do desemprego, melhoria na distribuição de renda e controle momentâneo da inflação;
- II. **Fase dois:** as medidas adotadas no período anterior causariam estrangulamentos na economia. Parte disso seria resultado da expansão do consumo doméstico e parte como resultado de uma falta de crescimento das

demandas externas. A inflação neste período, apesar de crescer, vem acompanhada de crescimento dos salários também;

- III. **Fase três:** nessa fase, há uma relativa piora. Os salários reais tendem a cair, a inflação a crescer e o PIB estagnar; há também aumento do déficit público além de fuga de capitais e o governo, para conter isso, tem de fazer alianças políticas e adotar medidas ortodoxas na economia (metas fiscais e medidas fiscais restritivas);
- IV. **Fase quatro:** É dado continuidade às políticas ortodoxas, porém, como o país encontra-se em um quadro econômico desestabilizado, estas não são suficientes, piorando a qualidade de vida da população. Segundo os autores, os esforços econômicos não seriam suficientes e a situação tende a caminhar para uma fase de piora nas condições de vida dos trabalhadores, atrelado às quedas nos salários reais destes.

Para Sach (1989 apud Jesus, 2015, p. 34), “a alternância do populismo à ortodoxia extrema prova as grandes dificuldades que as sociedades latino-americanas têm para encontrar um meio-termo para a área social, política e econômica”.

Por um lado, pode-se considerar que as diferenças apresentadas pelo governo Dilma em relação ao PML são muito menores que as semelhanças, podendo ser citadas duas divergências: Dilma não foi eleita depois de um período de insatisfação popular, uma vez que assumiu a presidência após uma fase de grande otimismo com a economia; e Dilma não obteve grandes sucessos econômicos no seu governo, manteve apenas um crescimento moderado, diferente do apresentado anteriormente na teoria. Entretanto, se levarmos em conta todo o período no qual o Partido dos Trabalhadores esteve na presidência do país, a teoria apresenta mais semelhanças que diferenças: Lula foi eleito após um período de insatisfação popular com as medidas econômicas colocadas pelo governo FHC e, além disso, durante 8 anos promoveu crescimento real dos salários, diminuição do desemprego, melhoria na distribuição de renda, controle da inflação e crescimento econômico.

Por outro lado, como comenta Mesquita (2014, p. 8), o governo Dilma apresentou, por si só, diversas vezes elementos do PML: aparentemente acreditava que manter a demanda interna aquecida seria o fator crucial para o desenvolvimento do país no longo prazo e para isso utilizou mecanismos de valorização do salário mínimo e redistribuição de renda. O governo ainda “relaxou” no controle da inflação, ainda que

não tenha abandonado o tripé econômico, entretanto, quando a inflação atingiu os 10% (superando o teto de 6,5% previsto) o governo passou a adotar medidas ortodoxas de restrição fiscal e cortes no orçamento. Por fim, com a alta impopularidade e com manifestações populares inflamadas pela mídia, Dilma Rousseff foi afastada do cargo.

4.2.2 Controle de preços no governo Dilma

Com a aceleração da inflação desde 2010, atingindo o teto tolerado de 6,5% ao ano já em 2011 e o governo buscando reduzir as taxas de juros em paralelo, a gestão de Dilma avaliou ser necessária a utilização de medidas para conter o avanço nos preços, considerando esta como sendo a melhor forma de manter a economia aquecida e a popularidade do governo estabilizada. Barbosa Filho e Pessoa (2014, p. 24) criticam essa decisão ao afirmar que “não é papel do Estado interferir no processo de formação de preços da economia que devem ser determinados pelo mercado”, mas sim defender o consumidor, criando condições para que o setor privado invista, desenvolva-se e não forme lucros excessivos (por meio de oligopólios ou monopólios).

As medidas para controle dos preços podem ser divididas em dois grupos (Mesquita, 2014, p. 10-11):

- I. Redução do IPI e PIS/Confins³¹: em alimentos e produtos de higiene da cesta básica (carne, arroz, feijão, café, açúcar, óleo, sabonete, papel higiênico e pasta de dentes), automóveis, linha branca, móveis, passagem de ônibus, desonerações na folha de pagamento em setores intensivos em mão de obra e redução de encargos setoriais na conta de eletricidade;
- II. Cancelamento do aumento das tarifas de transporte público, elevação dos subsídios às tarifas de eletricidade e manutenção dos preços de combustível abaixo do nível internacional.³²

³¹ IPI: Imposto sobre produtos industrializados; PIS: Programa de Integração Social; Cofins: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

³² Sem estas medidas, a inflação poderia ter chegado a 8% ao ano até 2014 (Mesquita, 2014, p. 11).

Curado e Nascimento (2015, p. 43) ainda ressaltam a fragilidade destas medidas:

Nos anos de 2012 e 2013, a política de contenção dos preços administrados foi fundamental para garantir a inflação dentro do limite superior da meta definida de 6,5%. [...] em síntese, não é exagero afirmar que o controle de preços no Brasil só foi possível ao longo do governo Dilma por conta de uma deliberada política de contenção dos preços administrados. Uma política de realidade tarifária certamente teria elevado a inflação acima do teto da meta, evidenciando a fragilidade da política de estabilidade praticada, especialmente nos anos de 2012 e 2013.

Para Thimoteo (2013, p. 30) a inflação deveria ter sido contida com o aumento da taxa Selic e não pelo controle estatal de preços, uma vez que estas medidas causam somente um alívio inflacionário momentâneo. Mesquita (2014, p. 11) afirma que a experiência internacional e também a brasileira demonstram que o controle de preços, ainda que tenha efeitos positivos no curto prazo, representam “custos significativos” no longo prazo. Estes “custos significativos” são representados pelos custos fiscais elevados para o governo, comprometendo o orçamento e apontados como um dos principais fatores que levou o país a crise econômica de 2015.

4.2.3 Estado como indutor do desenvolvimento

Tal como apontado na visão ortodoxa, o bom funcionamento do mercado seria o suficiente para corrigir quaisquer desequilíbrios econômicos (NOIJE, 2015, p. 11), portanto, o Estado, para os economistas ligados à esta visão, não deve ser responsável pelo desenvolvimento de um país; o Estado deve criar meios facilitadores e não ser o ator principal do desenvolvimento. Esta seção buscará desenvolver como o Estado passou a ser protagonista durante os governos de Lula e Dilma e, a partir da ortodoxia, mostrar que para essa corrente isso foi um erro e uma das causas para a recessão de 2015.

A partir de 2005, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, conforme apresentado no segundo capítulo, o Estado passa a se tornar protagonista do desenvolvimento brasileiro e a atuar em setores estratégicos – considerados prioritários para o crescimento nacional. O governo passou a investir na ampliação de políticas sociais, na valorização do salário mínimo e no Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC) como forma de alavancar a economia brasileira e sem que a inflação avançasse neste primeiro momento (PEREIRA; DUARTE, 2014, p. 9).

A partir de 2006, Guido Mantega é definido como novo Ministro da Fazenda e passa a adotar políticas econômicas de caráter anticíclico e que foram muito úteis na recuperação do Brasil após a crise internacional de 2008. A partir de 2011, quando Dilma Rousseff é eleita, Mantega permanece no Ministério da Fazenda, visando continuar a estratégia do Estado como indutor do desenvolvimento. Em 2012, o então Ministro, em uma entrevista, classifica a si mesmo como “levantador do PIB”³³, o que demonstra claramente a visão de que, para ele, é responsabilidade do Estado o crescimento do país.

O governo federal passa a agir em duas frentes para elevar o crescimento do país: primeiro, passa a priorizar as concessões ao setor privado em forma de parcerias público-privadas como estratégia de combater os atrasos em infraestrutura no país, principalmente no que diz respeito à rodovias, portos, aeroportos e saneamento, de forma a estimular o investimento por parte do setor privado nestas áreas e resolvendo gargalos de diversos setores; e, segundo, incentivando à expansão de crédito dos bancos públicos e privados (LOPREATO, 2015, p. 26-27). Nesse caso, os bancos públicos traçaram uma trajetória crescente de expansão e chegaram a superar em 2013 o *Market Share* dos bancos privados no quesito oferecimento de crédito, como pode ser observado no gráfico abaixo:

³³ Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/05/26/leia-a-transcricao-da-entrevista-de-guido-mantega-a-folha-e-ao-uol.htm>>. Último acesso em: 21/08/16.

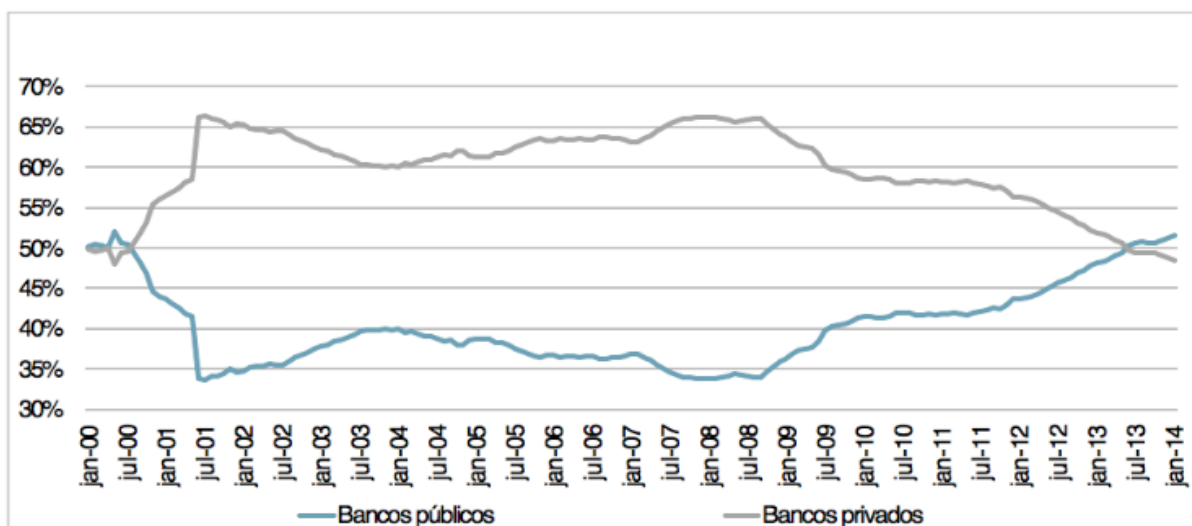


Gráfico 9 – Participação dos bancos públicos e privados no total de empréstimos.

Fonte: Mesquita, 2014, p. 12.

Também cita-se aqui o Plano Brasil Maior (2011-2014) do governo federal, cujo objetivo era incentivar a atividade econômica em um período de baixo crescimento internacional: para isso, pretendia-se reduzir tributos e aumentar o investimento privado para realização de grandes projetos, como forma de dinamizar a economia e aumentar a competitividade industrial, na tentativa de criar um desenvolvimento sustentável e gerar demanda para outros setores da economia. O pacote de desonerações foi alto e o governo deixou de arrecadar cerca de 400 bilhões entre 2011 e 2016, como pode ser observado no gráfico abaixo.

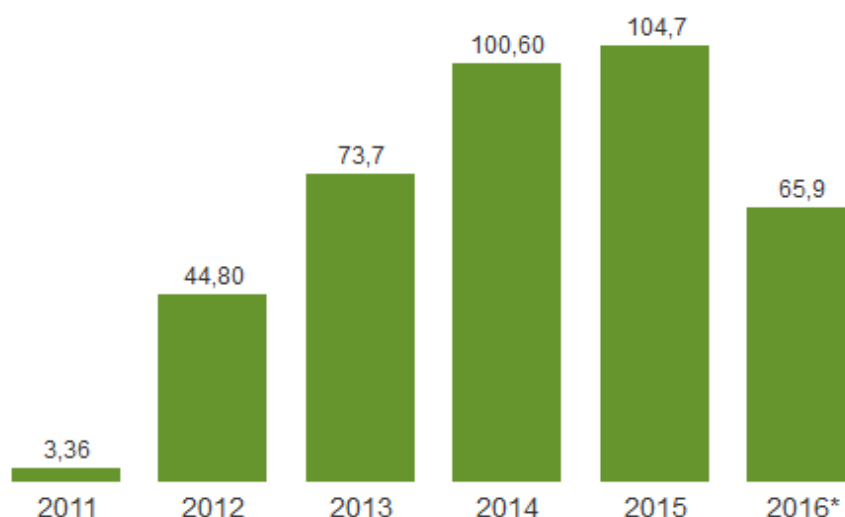


Gráfico 10 – Impacto das renúncias fiscais: governo Dilma (2011-2016) em R\$ bilhões³⁴

Fonte: SOUZA; VILLA BÔAS, 2015.

Mello (2015, p. 16), sobre o período pós 2013, adiciona que:

Diante do novo cenário político e das pressões pelo abandono da estratégia, a única medida de fato tomada por parte do governo foi a ampliação das desonerações fiscais, como forma de proteger o emprego e a renda dos trabalhadores. A esperança era trazer “para dentro” do orçamento público uma parte da perda de rentabilidade das empresas, evitando assim uma onda de demissões, particularmente grave em um ano eleitoral. Esta atitude, no entanto, agravou a situação fiscal do setor público, reduzindo os superávits primários (já pressionado pela queda da arrecadação, devido à redução do crescimento econômico) e ampliando os déficits nominais, também pressionados pelo aumento da taxa SELIC e dos custos de carregamento e rolagem da dívida pública.

Em contrapartida, o gasto público não financeiro da União aumentou e Barbosa Filho e Pessoa (2014, p. 28) afirmam que “para manter o contrato social em um contexto de crescimento baixo requererá novas rodadas de elevação da carga tributária”, o que também não houve no período. Na sequência, a tabela demonstra a evolução do gasto público.

³⁴ A renúncia fiscal prevista para 2016 é gerada por medidas anunciadas pelo governo desde 2013 com vigência para os anos seguintes.

Quadro 4 – Gasto público primário Federal, em % do PIB³⁵

Discriminação	Despesas Primárias
2006	16,7
2007	16,6
2008	16,2
2009	17,5
2010	17,2
2011	16,8
2012	17,0
2013	17,3
2014	18,2
2015	19,6

Fonte: MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2016.

Dessa forma, a crítica ortodoxa afirma que o governo de Dilma Rousseff e sua equipe econômica buscaram crescimento através de uma “Lei de Say às avessas”, onde o governo estimularia a demanda interna e esta criaria sua própria oferta. Ainda que esta ferramenta econômica – através de instrumentos fiscais e monetários – seja válida para momentos de crise, não pode ser a estratégia definitiva para um modelo de crescimento, segundo a crítica ortodoxa (CURADO; NASCIMENTO, 2015, p. 47). Para outros economistas ortodoxos, a combinação de uma política macroeconômica “desenvolvimentista” e “irresponsável” só poderia resultar em aumento da inflação, queda no crescimento, deterioração das contas públicas e diminuição da confiança do empresário (Mello, 2015, p. 5).

Em 2015, com o Brasil já em recessão econômica, Dilma Rousseff troca o Ministro da Fazenda para Joaquim Levy que adota um pacote de medidas ortodoxas e corte nos gastos públicos. Para Curado e Nascimento (2015, p. 48) “o governo Dilma

³⁵ Relatório completo disponível na seção “Anexos” ao final deste trabalho.

contribuiu para a piora das expectativas dos agentes privados, comprometendo os investimentos e o crescimento econômico”. Tal momento assemelha-se à fase quatro do Populismo Macroeconômico Latino-Americano, citado anteriormente, o que, para os ortodoxos, pode ser mais uma prova de que o governo da presidenta se enquadra na tipologia abarcada por esta teoria.

5 EXPLICAÇÕES PARA A CRISE: A VISÃO HETERODOXA

O quinto capítulo deste estudo busca entender, primeiro no plano teórico, o que é a visão heterodoxa da economia e como os pensadores dessa corrente entendem e interpretam a realidade, a partir de determinadas hipóteses contidas nessa visão. A partir deste entendimento, o estudo seguirá com uma revisão de textos de autores de cunho heterodoxo e que buscam explicar o período da história econômica brasileira compreendido entre os anos 2011 e 2016, quando o país foi governando pela Presidenta Dilma Rousseff.

5.1 A visão heterodoxa: revisão da literatura

Esta seção busca apresentar, a partir de uma revisão da literatura, os conceitos básicos para se entender a visão heterodoxa da economia e assim discutir na próxima seção como diversos autores que seguem esta linha de raciocínio explicam o período da história brasileira compreendido entre os anos de 2011 e 2016.

Noije (2015, p. 17) sintetiza as principais ideias dessa corrente econômica, agrupando-as em quatro e que serão desenvolvidas ao longo deste trabalho:

- I. A oferta não gera, necessariamente, sua própria demanda;
- II. A moeda não é neutra, podendo servir de reserva de valor;
- III. A economia não necessariamente utiliza completamente de todos os fatores de produção e
- IV. O objetivo da produção não é satisfazer as necessidades humanas, mas sim gerar lucro.

Para Raim (2015, p. 20-21), os economistas heterodoxos, além de entenderem a economia pelos fatores apresentados, também são caracterizados por terem em comum:

[...] o fato de inscreverem sua disciplina no campo das ciências sociais e de darem uma atenção particular aos aspectos históricos, jurídicos e políticos do funcionamento da economia. Procurando descrever a sociedade tal como ela realmente existe, eles se opõem a uma representação mecânica e individualista da economia, na qual agentes sob racionalidade instrumental interagem em inúmeros mercados.

A primeira hipótese heterodoxa é de que a oferta não gera, necessariamente, sua própria demanda. Lucht e Oreiro (2006, p. 2) avaliam que a falta de demanda agregada é o principal fator para crises e falhas no sistema capitalista; ainda segundo estes autores, Malthus³⁶ apud Lucht, e Oreiro (2006, p. 2) criticou a Lei de Say, uma vez que esta afirmava que “a demanda não é obstáculo para a produção”. Além disso, Malthus considera que a mercadoria não é um “fator simplesmente matemático” e argumenta sobre a preferência pela indolência (ou amor ao ócio), o que provocaria excesso de oferta no mercado e, conseqüentemente, redução dos preços e lucros.

A segunda hipótese heterodoxa, de que a moeda não é neutra, é justificada pelos pensadores desta corrente econômica com base nas análises de Keynes³⁷, onde este autor (apud AMADO, 2000, p. 46) avalia que a moeda não pode ser neutra nem no curto e nem no longo prazo a partir de três elementos: a concepção de tempo, a concepção de incerteza e a concepção de moeda. Para Oreiro (1999, p. 103-104), a principal razão que justifica a não neutralidade da moeda é o fato de que os indivíduos “valorizam a posse de ativos líquidos”. Nesse sentido, Lacerda (2004, p. 5) defende que:

Adotando o referencial pós-keynesiano, as crises são decorrentes da decisão dos agentes econômicos em manter sua riqueza sob a forma líquida, ou seja, moeda – preferência por liquidez. Nesse contexto, o desemprego surge porque os indivíduos, diante da incerteza quanto ao futuro, preferem reter sua riqueza em forma de moeda, postergando decisões de consumo e investimentos.

Ainda sobre a segunda hipótese heterodoxa, Mollo (2004, p. 340) acrescenta sobre o elemento “concepção de incertezas”:

Para os pós-keynesianos, o que impede as autoridades monetárias de controlar a dinâmica monetária perfeitamente é a incerteza que permeia a economia e a noção de tempo histórico ao analisar os processos econômicos e os efeitos das impulsões monetárias. A estrutura de produção vai se alterando ao longo das impulsões monetárias tornando irreversíveis as mudanças ocorridas nos curtos prazos.

³⁶ Thomas Malthus: economista britânico e um dos primeiros a discutir a questão da demanda efetiva (Lucht, e Oreiro, 2006, p. 2).

³⁷ John Maynard Keynes, economista britânico, inspirou políticas de incentivo à demanda e de investimento pelo Estado (RAIM, 2015, p. 20-21).

Por fim, a concepção da moeda justifica sua não neutralidade pelas próprias características que esta assume nas economias: é necessário que seja unidade de conta (e prioritariamente tenha um valor estável, limitando sua oferta); é necessário que ela seja reserva de valor (assim sendo possível transferir poder de compra do presente para o futuro) e que seja meio de troca (essa característica não foi apontada por Keynes como uma particularidade, uma vez que pode ser observada mesmo em economias neutras) (AMADO, p. 2000, 57-60).

O terceiro fator apontado pela teoria heterodoxa é o de que a economia não necessariamente utiliza completamente de todos os fatores de produção. Nesse item, Noije (2015, p. 13) argumenta que Keynes refuta a hipótese ortodoxa em 1936:

A economia não tendia a funcionar naturalmente no nível de pleno emprego, em grande parte por refutar a neutralidade da moeda, uma vez que considerou as incertezas inerentes à economia capitalista como um motivo para a retenção da mesma, de modo que as expectativas podem afetar o consumo e o investimento.

O último argumento é de que o objetivo da produção não é satisfazer as necessidades humanas, mas sim gerar lucro. Sobre este, Harvey (2005, p. 56-57) comenta a partir de suas leituras de Marx³⁸ que o sistema capitalista tende a utilizar a mão de obra com o propósito da acumulação, de modo a que os detentores do capital busquem sempre alternativas de exploração para aumentar suas vantagens competitivas e, assim, render maiores lucros. Desse modo, justifica-se que a produção não é voltada para satisfazer necessidades sociais, mas sim para atender à uma classe detentora dos meios de produção.

Por fim, dada a base teórica até aqui explicitada, avalia-se que para o pensamento econômico heterodoxo as livres forças de mercado não necessariamente levam para a melhor situação econômica: dessa forma se justificaria, para tal corrente de pensamento, uma maior intervenção do Estado na economia, com intuito de diminuir as incertezas, aumentar o nível de emprego e em algumas situações gerar demanda efetiva.

³⁸ Karl Marx (1818 – 1883) foi economista e conhecido por escrever “O Manifesto Comunista” e “O Capital”, onde apoia a luta de classes: a classe trabalhadora e a classe que controla os meios de produção, sendo que o Estado como está colocado fora criado para atender as demandas da classe dominante.

5.2 A visão heterodoxa e o governo Dilma

Após oito anos com Luís Inácio Lula da Silva na presidência, o Brasil elegeu sua sucessora Dilma Rousseff, acreditando que ela poderia manter o crescimento econômico do país em conjunto à queda das desigualdades sociais, fatores associados ao seu antecessor.

Portanto, pensou-se em manter parte das políticas econômicas já realizadas na última década de forma que esta seria uma “fórmula de sucesso” e que garantiria a alta popularidade da presidenta até então pouco conhecida. Seis anos depois, observa-se que a execução de tal fórmula não ocorreu tão bem como planejada em 2010, desembocando em uma grave crise econômica a partir de 2015.

Para parte dos economistas da visão heterodoxa, a grave recessão brasileira (passando de um crescimento do PIB de 7,5% em 2010 para queda de 3,8% em 2015) está ligada mais a um fator estrutural da economia do que a um problema colocado pela administração de Dilma Rousseff e sua equipe econômica. O problema, na verdade, seriam heranças herdadas de outros governos e que chegaram ao seu limite na metade da década de 2010 após anos utilizando de políticas econômicas semelhantes. Para outra parte, houve uma má gestão do governo em manter o crescimento, resultando na crise. Há ainda uma última hipótese que será discorrida e que comenta sobre o papel das crises internacionais e das mudanças no capitalismo brasileiro e que teriam sido decisivas para os resultados macroeconômicos.

Assim, os economistas heterodoxos apontam alguns problemas na economia brasileira que seriam os fatores determinantes para explicar o baixo crescimento apresentado durante o período 2010-2016 e que serão desenvolvidos ao longo desta seção: a “doença holandesa”, o “populismo cambial”, “causas internas” e “crises internacionais e mudanças no capitalismo brasileiro”.

5.2.1 A doença holandesa

Como apontou Nassif (2008, p. 83), a partir da segunda metade da década de 1980 a indústria de transformação começou a perder participação no PIB brasileiro e, na década de 1990, com o processo de liberalização da economia, essa indústria perde ainda mais espaço: dessa vez, cedendo para o setor de serviços que se ampliava no Brasil. Também no início da década de 1990, o governo adotou o modelo

do Consenso de Washington, liberalizando seu comércio e privatizando empresas estatais. Oreiro e Feijó (2010, p. 220) definem esse fenômeno e apontam dados semelhantes sobre esse período:

O conceito "clássico" de "desindustrialização" foi definido por Rowthorn e Ramaswamy (1999) como sendo uma redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região. Com base nesse conceito, os assim chamados países desenvolvidos ou do "primeiro mundo" teriam passado por um forte processo de desindustrialização a partir da década de 1970; ao passo que a América Latina teria passado pelo mesmo processo na década de 1990, o que coincide com o período de implantação das políticas liberalizantes associadas ao "consenso de Washington".

Vale ressaltar aqui que desindustrialização não é sinônimo de queda na produção industrial ou crise econômica no país. Oreiro e Feijó (2010, p. 221) complementam que se entende o conceito de desindustrialização atualmente como algo compatível com o crescimento da produção industrial, entretanto, esta produção, em casos de desindustrialização, não é a principal responsável por gerar empregos ou por movimentar a economia em grandes parcelas.

No caso brasileiro, a desindustrialização entre as décadas de 1980 e 1990 teria sido consequência do baixo investimento realizado na economia brasileira, uma vez abandonado o Plano de Substituição de Importações. Mas foi somente a partir da década de 2000 que esse processo veio acompanhado pela re-primarização da pauta de exportações, o que significa que, apesar do crescimento da atividade industrial, a produção e venda de produtos primários ganhou muito mais força. Oreiro e Feijó (2010, p. 222) mais uma vez explicam:

Se a desindustrialização vier acompanhada de uma "re-primarização" da pauta de exportações, ou seja, por um processo de reversão da pauta exportadora na direção de commodities, produtos primários ou manufaturas com baixo valor adicionado e/ou baixo conteúdo tecnológico; então isso pode ser sintoma da ocorrência de "doença holandesa", ou seja, a desindustrialização causada pela apreciação da taxa real de câmbio resultante da descoberta de recursos naturais escassos num determinado país ou região. Nesse caso, a desindustrialização é classificada como "negativa".

A Doença Holandesa³⁹, então, aparece no Brasil com muito mais força a partir da década de 2000. A re-primarização da pauta exportadora brasileira se deu nessa década por diversos fatores, entre eles a apreciação cambial, onde o Real sobrevalorizado incentivou as importações de diferentes tipos de produtos, principalmente chineses. Além disso, o crescimento chinês a partir de 2002 proporcionou um aumento nos preços das commodities, o que favoreceu o crescimento dos países latino-americanos exportadores de produtos desta natureza, trazendo um cenário otimista para o continente e a sensação de que o crescimento sustentado havia sido retomado (CUNHA, et al., 2011, p. 62).

Outro fator importante foi a descoberta de grandes reservas de petróleo no pré-sal em 2005: entre 2000 e 2010, o preço do barril do petróleo subiu, influenciando positivamente no PIB de países exportadores do produto (LOSEKANN; PERIARD, 2013, p. 9), o que aumentou ainda mais o otimismo brasileiro frente a economia, empurrando os investimentos para o setor de commodities.

A “Doença Holandesa” pode ser observada no Gráfico 11. Analisa-se que as commodities primárias⁴⁰ saltaram de 37% para 51% do PIB em dez anos, enquanto produtos de alta intensidade em conhecimento⁴¹ caíram pela metade: de 18% para 9% no mesmo período.

³⁹ O termo “Doença Holandesa” surgiu na década de 1960, quando a Holanda descobriu depósitos de gás natural em seu território, fazendo com que aumentasse o volume de exportações de commodities, valorizando a moeda local e, por consequência, houve uma perda de competitividade dos demais setores produtivos e industriais (VALVERDE; OLIVEIRA, 2011, p. 4).

⁴⁰ Destaque para minério de ferro, óleo bruto de petróleo, soja em grãos e carne bovina (COELHO; MANOLESCU, 2007, p. 2505).

⁴¹ Destaque para carros de passeio, aviões, aparelhos transmissores e receptores e peças de veículos. (COELHO; MANOLESCU, 2007, p. 2505).

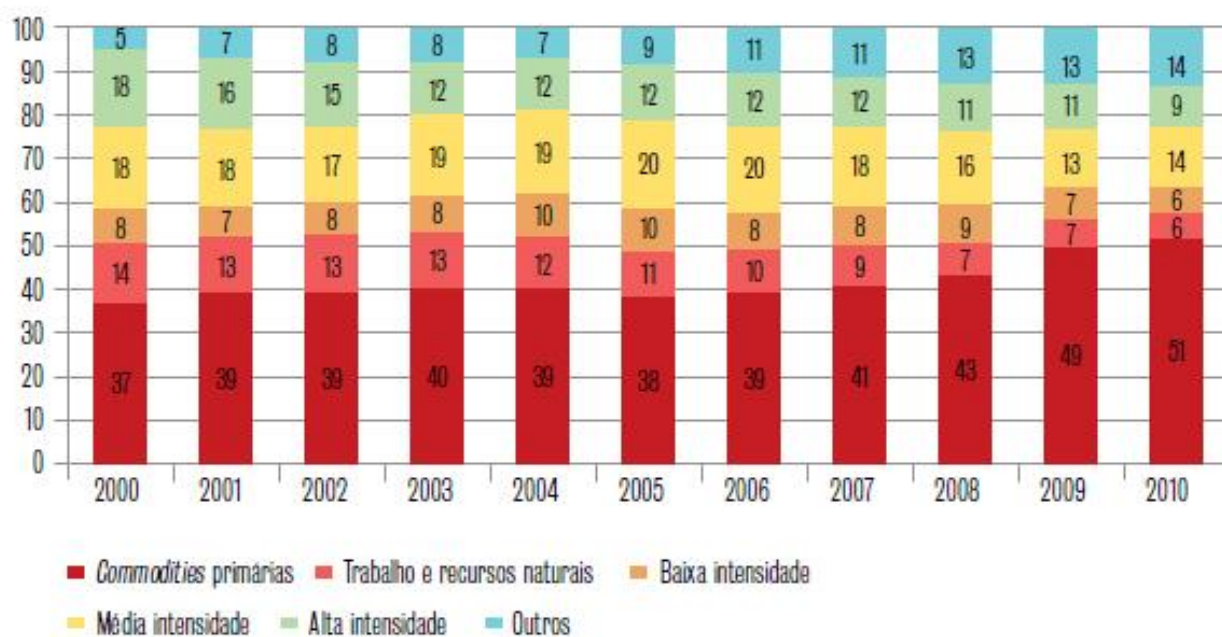


Gráfico 11 – Participação dos diferentes grupos de produtos, segundo intensidade tecnológica, nas exportações brasileira (2000-2010)

Fonte: NASSIF, 2011.

Dessa maneira, Dilma Rousseff, quando iniciou seu mandato em 2011, recebeu uma “terrível herança” de seu antecessor (BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 355). Como demonstrou Oreiro (2015, p. 105-106), a produção física da indústria brasileira se estagnou no primeiro mandato de Dilma e o país passou por um processo de substituição de importação “às avessas”, uma vez que os consumidores se aproveitaram do câmbio apreciado para consumir produtos estrangeiros.

Oreiro e Feijó (2010, p. 224) avaliam este fenômeno do ponto de vista teórico:

A indústria é vista como “especial” pelo pensamento heterodoxo, pois ela é a fonte de retornos crescentes de escala (indispensável para a sustentação do crescimento no longo-prazo), é a fonte e/ou a principal difusora do progresso tecnológico e permite o relaxamento da restrição externa ao crescimento de longo-prazo. Nesse contexto, a desindustrialização é um fenômeno que tem impacto negativo sobre o potencial de crescimento de longo-prazo, pois reduz a geração de retornos crescentes, diminui o ritmo de progresso técnico e aumenta a restrição externa ao crescimento.

Com a taxa de câmbio fortemente apreciada - e que será explicada de forma mais aprofundada na seção seguinte - o país estaria perdendo competitividade da indústria nacional, favorecendo cada vez mais a importação de bens manufaturados

e conseqüentemente diminuindo a participação da indústria no PIB. Todos estes fatores somados, confirmam que o Brasil foi “contaminado” pela Doença Holandesa (VALVERDE; OLIVERIA, 2011, p. 17).

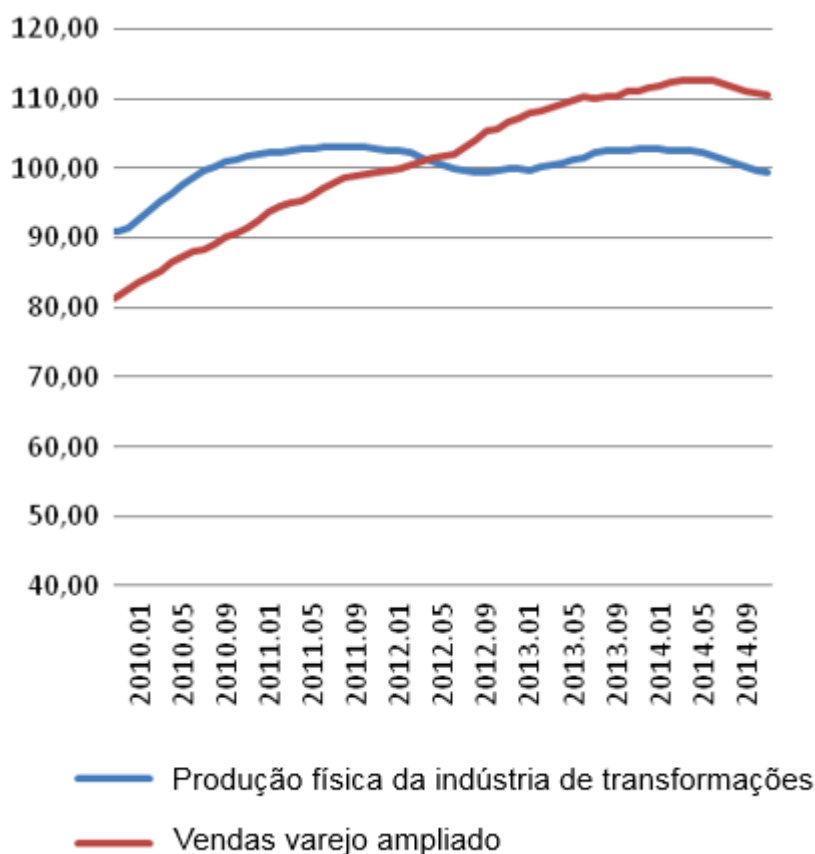


Gráfico 12 – Produção física da indústria de transformação e vendas do varejo ampliado (2010-2014/11).

Fonte: Oreiro, 2015.

Nota1: Editado pelo autor.

Nota2: Ano-base: 2004.

Apesar das tentativas de desvalorização do câmbio - apresentadas no primeiro capítulo desse trabalho - o Brasil apresentou baixo crescimento em seus quatro anos de governo e Dilma Rousseff foi reeleita em 2014 ao passo que a situação econômica do país se deteriorava e o desemprego e inflação começavam a crescer. Para Bresser-Pereira (2015, p. 361), assim como Lula e FHC, Dilma não conseguiu escapar da armadilha de juros altos e câmbio sobreapreciado e após duas décadas dessa combinação e do processo de desindustrialização, a crise econômica atingiu o país em 2015 com grande intensidade.

Por outro lado, o governo também sofreu com a queda no preço das commodities, fragilizando o resultado das exportações que até então eram um dos pilares do crescimento e sem novas perspectivas, já que a China não manteve o mesmo ritmo de crescimento observado na década de 2000. Até mesmo as desonerações, concedidas aos setores produtivos, não foram suficientes para barrar o processo de desindustrialização e desaceleração da economia. Carleial (2015, p. 206) acrescenta:

O governo Dilma desde 2011 sofre as consequências da mudança do cenário internacional, marcado pela redução do crescimento dos países emergentes, notadamente China e Índia, a crise do euro e a frágil recuperação americana. Adicionalmente, o consumo das famílias também desacelera nesse ano. A continuidade das ações anticíclicas revela que houve uma subestimação dos seus efeitos sobre o quadro fiscal brasileiro, bem como sobre as contas externas brasileiras.

Em resposta pós período eleitoral, a presidenta em conjunto com o então Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, propuseram um forte ajuste fiscal pró-cíclico. Para Carleial (2015, p. 210), o ajuste impacta sobre o mercado de trabalho ao reduzir a demanda interna – um dos fatores chaves do crescimento durante o primeiro mandato de Dilma – além de reduzir o consumo e a arrecadação de impostos. Esse pacote foi acompanhado da desvalorização do Real frente ao dólar (a taxa de câmbio ultrapassou R\$ 3,00⁴²).

Em relação ao processo de desindustrialização, ainda é cedo para dizer se a Doença Holandesa foi neutralizada. Será preciso uma nova série histórica para avaliar se o novo câmbio – se mantido no status atual e acompanhado pelo aumento da demanda – favorecerá a produção industrial interna de forma que volte a aumentar sua relevância no PIB brasileiro.

5.2.2 Populismo cambial

“Populismo Cambial” é um termo cunhado por Bresser-Pereira em seu livro “A construção política do Brasil” (2015, p. 349). O termo resume o regime cambial adotado por diferentes governos no Brasil com intuito de manter o Real valorizado

⁴² R\$ 3,25 para cada dólar em 13 de março de 2015 (Bresser-Pereira, 2015, p. 361). Após isso, ainda atinge o patamar de R\$ 4,16 para cada dólar, retornando para R\$ 3,35 ao final de 2016.

frente ao dólar, agradando às classes médias e garantindo certa popularidade ao governo.

Historicamente, o “populismo cambial”, como descrito por Bresser-Pereira, teve início com a abertura econômica na primeira metade da década de 1990 e a forma como a taxa de câmbio foi utilizada no controle da inflação. Assim, como o país passava por um período de descontrole inflacionário, o Presidente Itamar Franco, junto do então Ministro da Economia Fernando H. Cardoso implementaram um plano econômico de estabilização, chamado de Plano Real e que foi eficaz no combate à inflação e permitiu um crescimento moderado ao longo dos anos.

Após a adoção da nova moeda, foi estipulado que o teto máximo na taxa de câmbio era a paridade de um real para um dólar, sendo que o Banco Central tinha instruções para atingir essa meta com US\$ 40 bilhões em reservas. A moeda sobrevalorizada favoreceu ainda mais as importações e a inflação controlada promoveu um ganho no poder de compra dos consumidores (LACERDA et al., 2010, p. 202).

Para Bresser-Pereira (2015, p. 334), “essa política de crescimento com poupança externa inundou o país de dólares e assim apreciou o câmbio” o que “destruiu o mecanismo de neutralização da doença holandesa existente desde 1967”.

O segundo fator de destaque na década de 1990 foi a flutuação da moeda brasileira segundo as regras do mercado. O país passava por uma crise financeira e o governo, em resposta, utilizou de medidas de austeridade fiscal e monetária, aumentando as taxas de juros, que por consequência, aumentou o endividamento do Estado. Mesmo assim, a credibilidade brasileira caiu a níveis extremamente baixos e o país continuou gastando suas reservas internacionais para manter as taxas de câmbio artificiais. Averbug e Giambiagi (2000, p. 17) complementam:

Por fim, diante da absoluta falta de alternativas, o Banco Central deixou o câmbio flutuar no dia 15 de janeiro. O Brasil assistiu então a um caso de *overshooting* digno de livro-texto. Antes da mudança cambial, a taxa era de R\$/US\$ 1,21. No dia 14 de janeiro, estava no teto da banda: R\$/US\$ 1,32. No final de janeiro, atingiu R\$/US\$ 1,985 e no início de março – auge da desvalorização – chegou a R\$/US\$ 2,16.

A maxidesvalorização do Real representou uma “ruptura” do acordo feito com o FMI meses antes, causando um enorme desgaste no governo, agravando ainda

mais a crise de confiança no país, aumentando a dívida pública⁴³ e estendendo a crise aos parceiros do MERCOSUL, de modo que houve diminuição dos fluxos de comércio. Para Gonçalves (1999), a confiança no governo FHC “desabou”, acompanhando a trajetória de crescente vulnerabilidade externa da economia brasileira.

No entanto, ao longo do ano de 1999, o que se observou foi a recuperação do comércio exterior que alavancou uma nova expansão dos investimentos diretos estrangeiros. No final daquele ano, a economia já demonstrava ter se recuperado bem, tanto que o governo se adiantou no pagamento do acordo firmado com o FMI em 1998 e o Banco Central anunciou a introdução do regime de metas inflacionárias e, com isso, houve a queda das taxas de juros (ALMEIDA, 2002, p. 100). Esse período é um dos únicos que Bresser classifica como exceção ao câmbio sobreapreciado dos últimos 25 anos⁴⁴.

Prosseguindo para o governo Lula (2002-2010), a apreciação cambial foi ainda maior que no governo anterior, como demonstrado no gráfico 13 abaixo. Para Bresser-Pereira (2015, p. 349), cinco elementos resumem o “populismo cambial” praticado pelo governo petista:

- I. Falta da neutralização da Doença Holandesa;
- II. Agravamento da Doença Holandesa, causado pelo aumento do preço das commodities;
- III. Política equivocada de aumento da utilização da poupança externa;
- IV. Política de combater inflação por meio da âncora cambial;
- V. Política de juros elevados para controle da inflação, atração de capital estrangeiro e apreciação do real.

⁴³ Com a elevação dos juros e o aumento dos preços que seguiu a desvalorização cambial, a dívida pública atingiu 48% do PIB em janeiro de 1999 (AVERBUG e GIAMBIAGI, 2000, p. 18).

⁴⁴ O outro período citado por Bresser é em 2002, quando a ascensão do candidato da oposição - Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores – fez com que o cenário financeiro se deteriorasse e o câmbio se desvalorizasse, pois, o mercado temia a eleição de um partido de esquerda à presidência.

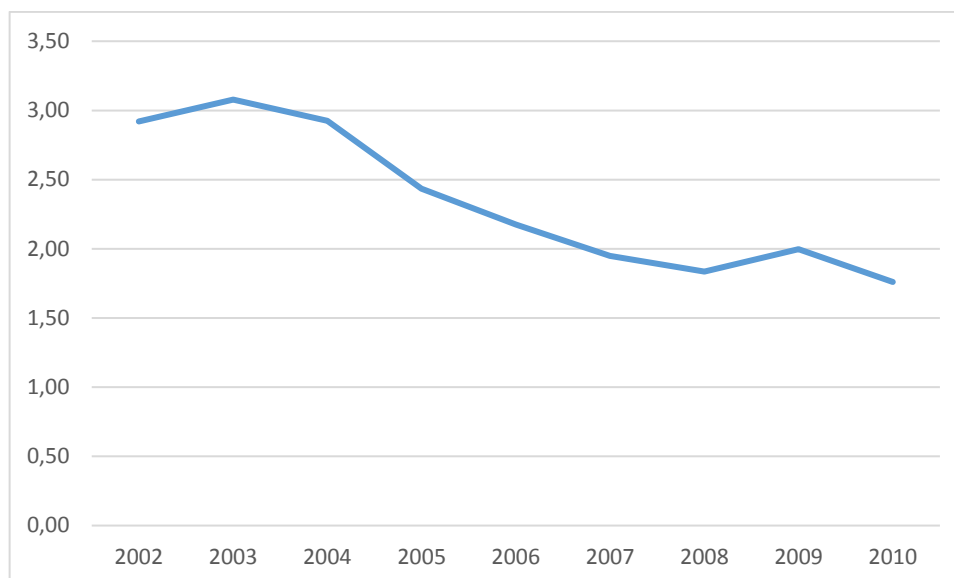


Gráfico 13 – Taxa de câmbio real: média anual durante Governo Lula (2002-2010)

Fonte: Elaboração própria a partir de IPEA, 2011.

As consequências, entretanto, não foram sentidas no curto prazo: o setor industrial foi compensando pelo crescimento do mercado interno que, mais tarde, cederia espaço para as importações, visto o câmbio desfavorável. Dessa forma, no longo prazo, os efeitos percebidos foram a desindustrialização e a queda na exportação de manufaturas.

A preços de dezembro de 2014, Lula recebeu de seu antecessor uma taxa de câmbio de R\$ 5,00 por dólar e deixou ao seu sucessor uma taxa de câmbio de R\$ 1,90 por dólar, quando deveria tê-la deixado flutuando em torno de cerca de R\$ 3,10 - o equilíbrio industrial. Dessa maneira, Lula deixou para Dilma uma terrível herança (BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 355).

Dessa maneira, Dilma recebeu o país em um cenário extremamente positivo e de crescimento econômico, porém as consequências da política cambial adotada na última década recairiam sobre o seu governo.

O câmbio, em janeiro de 2011, representava R\$ 1,65 por dólar⁴⁵: a menor cotação desde a crise de 2008. Esse valor extremamente apreciado fez com que a presidenta tomasse providências para corrigi-lo e a depreciação real foi de

⁴⁵ Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/cotacoes/ultimas-noticias/2011/01/03/dolar-tem-menor-cotacao-desde-setembro-de-2008.jhtm>>. Último acesso em: 10/03/16.

aproximadamente 20% nos dois primeiros anos de governo (BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 358). Ainda em 2012, Dilma, em audiência com forças sindicais, se comprometeu a evitar a valorização do câmbio de forma que o Real fosse mantido em um patamar que não prejudicasse a industrialização do país⁴⁶.

Para compensar o câmbio sobreapreciado do início do governo e diminuir o ritmo da desindustrialização, o governo lançou o “Plano Brasil Maior” (2011-2014), onde houve um aprofundamento no pacote de desonerações tributárias - que já haviam sido feitas, em pequena escala, durante o governo Lula em 2008/2009 - principalmente no Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), a fim de estimular a produção industrial brasileira, mas que acabou gerando um efeito negativo e acumulado sobre as contas públicas. O resultado é que o Plano não saiu como o esperado e sozinho não foi capaz de conter a desindustrialização.

Já na segunda metade do governo de Rousseff (2013-2014), o Banco Central teve de fazer uma série de compras de dólares para evitar a valorização: em um cenário com o Real mais desvalorizado, esperar-se-ia aumento da inflação, redução do poder de compra dos salários e queda da popularidade da presidenta. Tudo isso às vésperas do ano em que Dilma concorreria à reeleição (BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 358). Portanto, o governo utilizou do “populismo cambial” para garantir a estabilidade do país e garantir maior número de votos nas eleições de 2014.

O país entrou em crise econômica a partir de 2015, logo após a reeleição de Dilma, junto com uma crise política causada pela soma de diversos fatores, entre eles: baixa popularidade da presidente, pouco apoio no Congresso e denúncias de corrupção, o que resultou no afastamento da presidenta eleita. Nesse período do seu segundo mandato, o câmbio ultrapassou o patamar de R\$ 3,00 para cada dólar em 2015 e depois o patamar de R\$ 4,00 no início de 2016, quando voltou a cair para a média de R\$ 3,50.

Quanto ao câmbio desvalorizado, 2016 fechou o primeiro semestre com a balança comercial extremamente favorável⁴⁷, com superávit de US\$ 28,23 bilhões, o melhor resultado em 28 anos⁴⁸. Assim como em 1999, esse deve ser, segundo os

⁴⁶ Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/2570904/dilma-promete-adotar-medidas-para-combater-desindustrializacao-do-pais>>. Último acesso em: 03/08/16.

⁴⁷ Ainda que este resultado tenha sido bastante influenciado pela queda nas importações.

críticos do populismo cambial, o primeiro passo para a recuperação da economia a partir de 2017.

5.2.3 Causas internas da desaceleração econômica brasileira

Apesar de certa parte dos economistas ligados a heterodoxia defender as ideias abordadas até então neste capítulo, há ainda uma parcela que discorda da abordagem feita por Bresser-Pereira de que o populismo cambial foi o responsável pela queda nas exportações brasileiras de manufaturados e, mais importante ainda, que seja responsável pela queda do crescimento econômico. Para esta segunda parcela de autores, foi possível o crescimento da indústria brasileira de manufaturados, mesmo durante o período de apreciação cambial, com destaque para os anos de 2007, 2008 e 2010. Ou seja, a apreciação cambial não foi o fator determinante para a desaceleração econômica.

O primeiro ponto abordado pelos autores desta linha de pensamento - principalmente Franklin Serrano e Ricardo Summa - é o de que de fato as condições externas foram favoráveis para a economia brasileira no período de 2003 a 2010, mas não somente no quesito aumento das exportações, mas também com a entrada de grandes fluxos de capitais na economia brasileira, estimulando a economia interna. O Brasil, que no início da década devia ao FMI, passou a acumular reservas em moeda estrangeira: em outubro de 2016, elas equivaliam a US\$ 375.259 milhões⁴⁸. Somado a isso, os mesmos autores ressaltam ainda que o país não passou por uma crise financeira doméstica durante o governo Dilma, onde bancos e empresas estrangeiros instalados aqui se endividariam descontroladamente em moeda estrangeira (como houve em 2008) e em nenhum momento houve interrupção de crédito externo. Dessa forma, as condições de financiamento externo não foram responsáveis pelo mau desempenho econômico brasileiro (Serrano e Summa, 2015, p. 6-7).

Adicionalmente, Serrano e Summa (2015, p. 8) afirmam, então, que a desaceleração nas exportações foi reflexo de uma tendência mundial de desaceleração e estagnação na demanda internacional a partir de 2011. A partir de

⁴⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/08/balanca-comercial-tem-superavit-recorde-de-us-282-bilhoes-ate-julho.html>>. Último acesso em: 03/08/16.

⁴⁹ Dados publicados em 28 de outubro de 2016. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?rp20161027>>. Último acesso em: 29/10/2016.

2012, segundo os autores supracitados, as exportações mundiais caíram muito mais que as exportações brasileiras.

Dessa forma, os mesmos autores comentam que a queda do PIB foi muito grande para ser creditada somente à queda nas exportações, o que nega o argumento apresentado por Bresser-Pereira e exposto nas seções anteriores. Entende-se então que a visão heterodoxa pode trazer outros argumentos para explicar a queda no desempenho econômico no período de 2011-2016.

Apesar do coeficiente de produto importado vir crescendo ao longo do tempo, e de ter ocorrido um aumento acentuado do déficit comercial industrial após 2009, nenhum desses dois elementos podem ser atribuídos de forma plausível à apreciação cambial nem seriam de magnitude suficiente para fazer com que a maior parte da demanda agregada vazasse como importação (Serrano e Summa, 2015, p. 6-7).

Partindo das ideias de que: as condições de financiamento externo não foram responsáveis pelo mau desempenho econômico brasileiro, a queda do PIB foi muito grande para ser creditada somente à queda nas exportações e de que o crescimento de produtos importados *versus* aumento de déficit comercial industrial não são explicações suficientes para a recessão brasileira, essa segunda parcela de autores heterodoxos acreditam que a estagnação econômica está muito mais ligada a fatores internos do que externos: a mudança na orientação macroeconômica no governo Dilma foi responsável pelo menor crescimento do mercado interno.

Segundo Serrano e Summa (2015, p. 15-16), a expansão do consumo das famílias no Brasil depende de três fatores: a evolução da renda disponível real, disponibilidade de crédito ao consumidor e taxas de juros reais das linhas de crédito. No período entre 2004 e 2010, o que houve foi a combinação de aumento de empregos formais, melhora ao acesso de crédito para famílias mais pobres, aumento das transferências sociais do setor público e também aumento do salário real. Consequentemente, foi possibilitado o crescimento do consumo familiar no período.

Entretanto, quando houve mudanças na orientação macroeconômica a partir de 2011, a expansão rápida do consumo se mostrou um processo não sustentável⁵⁰:

⁵⁰ Houve também aumento do endividamento das famílias. Posteriormente (2014), o aumento das taxas de juros e aumento do desemprego prejudicou ainda mais esse ciclo de consumo, uma vez que as

O problema com esse modelo extensivo é que, para que o consumo baseado no crédito permaneça crescendo no mesmo ritmo, o processo de redução das taxas de juros reais dos consumidores e das condições de empréstimo mais longos deve continuar; a economia deve também continuar a incorporar novos mutuários no mercado formal, e a taxa de crescimento de renda disponível agregada deve ser pelo menos estável (ou estar, de preferência, em crescimento (Serrano e Summa (2015, p. 16).

Somado a isso, os autores apontam o impacto da má gestão da política monetária sobre a demanda e que também está ligado a dinâmica de consumo das famílias, fator este que foi beneficiado por Lula (2002-2010) :

Devido ao aumento das receitas fiscais, resultado tanto do *boom* de novos postos de trabalho como dos salários reais mais elevados do mercado de trabalho formal, assim como do crescente preço das commodities e dos ativos financeiros, o governo foi capaz de implementar uma política econômica mais pragmática com o objetivo de estimular diretamente o crescimento da demanda agregada através de maiores gastos do governo e as transferências sociais, mesmo sem abandonar as metas de superávit primário (Serrano e Summa, 2015, p. 14).

No período pós 2011, o governo decidiu por aumentar as taxas de juros, o que, para Serrano e Summa (2015, p. 21), foi o fator decisivo para encerrar o ciclo de *boom* no consumo das famílias, aumentando a inadimplência. O erro foi notado pelo Banco Central ao final daquele mesmo ano, quando se deparou com a desaceleração na economia brasileira.

Para conter tal desaceleração da economia, buscou-se baixar as taxas de juros em uma tentativa de voltar a acelerar o consumo interno. O resultado foi um crescimento moderado até que, em 2013, o Banco Central muda novamente a política monetária em uma tendência de aumento da taxa SELIC, o que prejudica novamente o crescimento do consumo das famílias. Somado ao aumento na taxa de juros, o desemprego começa a aumentar. Portanto, Serrano e Summa (2015, p. 21) concluem que no período de 2011 a 2014 “a autoridade monetária não foi bem-sucedida em reduzir suficientemente as taxas de juro do crédito ao consumidor a fim de manter o crescimento do consumo baseado no crédito”.

famílias que tiveram acesso ao crédito facilitado no passado, agora enfrentem desemprego e endividamento excessivo.

Ou seja, as causas internas estão ligadas à má gestão do governo que foi incapaz de manter o crescimento aquecido baseado no consumo das famílias; isso se deu principalmente à má condução da política monetária, levando às famílias a inadimplência.

5.2.4 Crises Internacionais e as mudanças no capitalismo

Há ainda uma terceira visão dentro da perspectiva heterodoxa que cabe ser analisada neste trabalho e que aborda dois diagnósticos: o primeiro considera que as mudanças no cenário econômico internacional foram muito mais complexas que as abordadas pelas outras duas visões apresentadas dentro da perspectiva heterodoxa e podem ter sido decisivas para a recessão; o segundo diagnóstico diz respeito às mudanças na estrutura produtiva e nas estratégias empresariais ao longo dos anos e que também contribuíram para a desaceleração da economia durante a administração de Dilma.

Em primeiro lugar, como defendido por Mello (2015, p. 7), após a crise de 2008, na economia internacional, os países usaram de diferentes estratégias para superar o período de recessão: o Brasil utilizou de estratégias onde promovia isenções fiscais e melhorava o acesso a créditos nos Bancos Públicos, permitindo uma rápida recuperação já em 2010, com crescimento do PIB equivalente a 7,5%⁵¹. Estados Unidos e outros países, por outro lado, utilizaram de estratégias de defesa dos seus mercados internos, promovendo desvalorização de suas moedas e aumento das exportações, direcionando aos grandes mercados consumidores. Mello (2015, p. 8) adiciona:

Em suma, podemos afirmar com segurança que as transformações na economia global não se resumiram a uma mera mudança de preços relativos, mas se estenderam para uma verdadeira disputa pelos mercados nacionais em escala global, com cada país usando as “armas” de política econômica que tinham a sua disposição para ocupar o espaço de outrem, promovendo assim uma guerra cambial, ampliando e recrudescendo sobremaneira as condições de concorrência e reorganizando as cadeias globais de valor.

Dessa forma, os países mais afetados são, além dos exportadores de commodities, aqueles que apresentaram as seguintes características:

⁵¹ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/pib-brasileiro-fecha-2010-com-crescimento-de-75-maior-desde-1986-aponta-ibge-2815938>>. Último acesso em: 29/10/2016.

- I. Amplo mercado consumidor, uma vez que as principais potências econômicas - utilizando da estratégia antes mencionada - buscaram penetrar tais mercados;
- II. Indústria pouco competitiva, permitindo que os produtos estrangeiros também penetrassem tais mercados com mais facilidade;
- III. Mercados de capitais abertos e bastante atrativos (elevadas taxas de juros), o que agravou a chamada “guerra cambial”.

O Brasil, nesse novo cenário internacional⁵², que se enquadra em todas estas características, teve de se defender, adotando políticas de oferta entre 2011 e 2013, visando combater a baixa competitividade da indústria nacional. Dessa forma, o cenário internacional, para esse autor, teve maior influência no baixo crescimento da economia brasileira observado entre os anos de 2011 e 2014.

O segundo diagnóstico proposto por Mello (2015, p. 9-11) é de que, dado o histórico de elevadas taxas de juros brasileiras⁵³, o empresário do país tornou-se rentista, apoiando seus rendimentos às taxas de juros pagas pelos títulos públicos, investimento cada vez mais em importações e cada vez menos no setor produtivo. O autor ainda conclui que, quando a SELIC foi reduzida entre 2011-2013, isso passou a reduzir os ganhos de natureza financeira do empresariado, quando na verdade a política de redução foi feita para estimular o investimento privado. Dessa forma, Mello (2015, p. 10-11) conclui que “a estrutura produtiva e as características do empresariado limitam a capacidade de incentivo da política cambial e monetária tradicionais, o que explicaria em parte o fracasso da estratégia ‘industrialista’ adotada por Dilma ao longo do seu primeiro mandato”.

⁵² O “novo” cenário internacional foi compreendido, a partir de 2011, pela busca da recuperação econômica americana, a desaceleração da economia chinesa e a crise europeia.

⁵³ Observar o recorte, a partir de 2011, no quadro 5 na seção Apêndice. A alta dos juros, entretanto, é muito mais antiga.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da década de 1990, com um novo modelo econômico sendo difundido por toda a América Latina - inclusive Brasil –, esses países passaram por diferentes crises econômicas e, associadas aos problemas sociais que se agravavam cada vez mais pelo continente, iniciou-se durante a década de 2000 a chamada “onda vermelha”, onde diversos países latino-americanos optaram por eleger candidatos alinhados ao pensamento de esquerda a fim de combater as mazelas do continente e melhorar as condições sociais gerais. É neste cenário de crise econômica e insatisfação política que o ex-líder sindicalista, Luís Inácio Lula da Silva é eleito (pela primeira vez, após quatro tentativas) presidente da República.

Dados os bons resultados do seu primeiro governo, ele é reeleito em 2006 a fim de continuar com o plano de crescimento econômico aliado à distribuição de renda e valorização do salário mínimo; ao final do período de 8 anos que representou os dois mandatos de Lula frente à presidência, a maioria da população considerou que o país havia melhorado e estava no caminho do desenvolvimento sustentável a longo prazo.

Avaliou-se, neste primeiro momento, que os bons resultados dos dois primeiros governos petistas foram responsáveis por garantir a eleição de Dilma Rousseff - até então pouco conhecida pela maior parte dos eleitores – uma vez que acreditavam que a primeira mulher presidente do país poderia repetir o sucesso econômico obtido na última década.

Na sequência, o estudo avaliou que o governo de Rousseff teve dificuldades em reeditar o “milagre econômico”: na visão dos autores abordados na segunda seção deste estudo, parte desta dificuldade se deveu ao cenário internacional menos favorável (crise na zona do Euro e queda no ciclo das *commodities*) e parte se deu pelas dificuldades políticas da presidente em articular-se com o Congresso. Outro ponto abordado foi que o Executivo se perdeu nas “emergências do dia-dia”, tentando estancar as crises e não se preocupando com as consequências das ações (visto o pacote de desonerações tributárias).

Adicionalmente, este trabalho buscou entender a crise econômica brasileira iniciada em 2015 a partir de diferentes perspectivas econômicas: a visão ortodoxa e heterodoxa; é válido ressaltar novamente que, apesar desta construção ser útil para a discussão abordada, existem divergências para separar completamente

determinados autores em cada uma destas categorias. Assim, a classificação dada aos autores abordados está ligada às ideias expostas pelos mesmos e como estas conversam com a revisão teórica apresentada previamente.

Observou-se que, para os economistas da corrente ortodoxa, a causa do baixo crescimento e recessão que o país apresentou nos últimos anos foi gerada por uma má gestão de Dilma Rousseff: esta utilizou artifícios do Populismo Macroeconômico Latino-Americano, ou seja, o governo passou a interferir na economia (principalmente pelo controle de preços e aumento da participação dos Bancos públicos) e pelo aumento do gasto público, com a visão de que a demanda criaria sua própria oferta. Na visão dos autores desta corrente, estes foram os principais erros do governo no período 2011-2014 e também os fatores fundamentais para a recessão em 2015.

Em contrapartida, para os economistas da visão heterodoxa ligados ao pensamento de Bresser-Pereira, a grave recessão brasileira (passando de um crescimento do PIB de 7,5% em 2010 para queda de 3,8% em 2015) está ligada mais a um fator estrutural da economia do que a um problema colocado pela administração de Dilma Rousseff e sua equipe econômica. O problema, na verdade, seriam heranças herdadas de outros governos e que chegaram ao seu limite na metade da década de 2010 após anos utilizando de políticas econômicas semelhantes. Dessa forma, cita-se como principais causas: o populismo cambial (responsável por manter o câmbio apreciado, desfavorecendo a indústria nacional) e a doença holandesa (sinal de que o país passou a reprimarizar sua pauta exportadora).

Uma segunda parcela de economistas heterodoxos afirma que a queda nas exportações é uma explicação muito rasa visto o tamanho da queda do PIB e que as condições de financiamento externo não foram interrompidas, não causando uma crise no país. Dessa forma, esta segunda parcela credita o mau desempenho do governo a problemas de origem interna e à mudança na orientação macroeconômica do governo Dilma. Neste caso, notou-se que a má condução da política monetária no período de 2011-2014 foi responsável pela desaceleração do consumo das famílias, mostrando que o modelo adotado na década passada não foi sustentável no longo prazo.

Há ainda uma terceira parcela de economistas ligados à heterodoxia que defendem que o cenário internacional foi decisivo para a desaceleração no crescimento brasileiro. Analisando com mais detalhes, as diversas crises apresentadas no período 2011-2015 (recuperação norte-americana pós 2008, crise

na Europa em 2011-2012 e queda no crescimento chinês 2013-2014) afetaram diretamente o mercado brasileiro, uma vez que os diferentes países utilizaram de medidas de penetração em mercados estrangeiros para conter crises internas e o Brasil apresentou baixa competitividade na indústria, desencadeando um aumento das importações e prejudicando a indústria de manufatura brasileira. Outro fator importante e de destaque para essa parcela de economistas é o aumento do empresariado rentista no Brasil: quando há uma queda nos juros com expectativas de impactar positivamente o investimento, o empresariado perde rendimentos, uma vez que sua renda também está pautada no retorno dos títulos públicos.

Por fim, conclui-se que com as dificuldades apresentadas no cenário internacional a partir de 2011, Dilma pode ter tomado suas decisões a partir de duas linhas de raciocínio: a primeira, nessa nova fase de desenvolvimento quem deveria liderar o crescimento do país deveria ser a indústria de manufaturas, sem que o crescimento do país fosse baseado em um novo ciclo de commodities; por isso, foram utilizadas de medidas como a desvalorização cambial e as crescentes desonerações tributárias como forma de incentivar o investimento privado.

A outra linha de raciocínio é de que Dilma utilizou de medidas populistas a fim de manter um crescimento modesto do país na expectativa de um novo *boom* no ciclo das *commodities* e isso lhe permitiria reeditar o crescimento econômico da última década. No entanto, não houve esse novo ciclo e as medidas econômicas foram utilizadas até o seu desgaste; somado a isto, o Brasil - após muitos anos de valorização cambial - reprimarizou suas exportações: isso assegurou menor competitividade no comércio exterior e não compensou a queda nos valores de *commodities*.

O governo iniciou 2015 com uma recessão na economia e os problemas no plano econômico somados às instabilidades políticas aprofundadas após a reeleição de Dilma em 2014, fizeram com que a popularidade da presidenta despencasse e as manifestações públicas a favor de seu impeachment ganhassem força. Por fim, o governo de Dilma Rousseff é encerrado em 31 de agosto de 2016 após o Senado brasileiro aceitar o impedimento do mandato da presidenta eleita.

7 APÊNDICE

Quadro 5 – Histórico das taxas de juros no Brasil (2011-2015)

Reunião		Período de vigência	Meta SELIC ⁵⁴	Taxa SELIC	
nº	data		% a.a.	% ⁵⁵	% a.a. ⁵⁶
196 ^a	20/01/2016	21/01/2016 -	14,25		
195 ^a	25/11/2015	26/11/2015 - 20/01/2016	14,25	2,02	14,15
194 ^a	21/10/2015	22/10/2015 - 25/11/2015	14,25	1,27	14,15
193 ^a	02/09/2015	03/09/2015 - 21/10/2015	14,25	1,75	14,15
192 ^a	29/07/2015	30/07/2015 - 02/09/2015	14,25	1,32	14,15
191 ^a	03/06/2015	04/06/2015 - 29/07/2015	13,75	2	13,65
190 ^a	29/04/2015	30/04/2015 - 03/06/2015	13,25	1,18	13,15
189 ^a	04/03/2015	05/03/2015 - 29/04/2015	12,75	1,81	12,65
188 ^a	21/01/2015	22/01/2015 - 04/03/2015	12,25	1,28	12,15
187 ^a	03/12/2014	04/12/2014 - 21/01/2015	11,75	1,45	11,65
186 ^a	29/10/2014	30/10/2014 - 03/12/2014	11,25	1,05	11,15
185 ^a	03/09/2014	04/09/2014 - 29/10/2014	11	1,66	10,9
184 ^a	16/07/2014	17/07/2014 - 03/09/2014	11	1,45	10,9
183 ^a	28/05/2014	29/05/2014 - 16/07/2014	11	1,41	10,9
182 ^a	02/04/2014	03/04/2014 - 28/05/2014	11	1,53	10,9
181 ^a	26/02/2014	27/02/2014 - 02/04/2014	10,75	0,93	10,65
180 ^a	15/01/2014	16/01/2014 - 26/02/2014	10,5	1,18	10,4
179 ^a	27/11/2013	28/11/2013 - 15/01/2014	10	1,24	9,9
178 ^a	09/10/2013	10/10/2013 - 27/11/2013	9,5	1,22	9,4
177 ^a	28/08/2013	29/08/2013 - 09/10/2013	9	1,02	8,9
176 ^a	10/07/2013	11/07/2013 - 28/08/2013	8,5	1,13	8,4
175 ^a	29/05/2013	30/05/2013 - 10/07/2013	8	0,88	7,9
174 ^a	17/04/2013	18/04/2013 - 29/05/2013	7,5	0,82	7,4
173 ^a	06/03/2013	07/03/2013 - 17/04/2013	7,25	0,8	7,16
172 ^a	16/01/2013	17/01/2013 - 06/03/2013	7,25	0,9	7,12
171 ^a	28/11/2012	29/11/2012 - 16/01/2013	7,25	0,91	7,14
170 ^a	10/10/2012	11/10/2012 - 28/11/2012	7,25	0,88	7,14
169 ^a	29/08/2012	30/08/2012 - 10/10/2012	7,5	0,82	7,39
168 ^a	11/07/2012	12/07/2012 - 29/08/2012	8	1,06	7,89
167 ^a	30/05/2012	31/05/2012 - 11/07/2012	8,5	0,93	8,39
166 ^a	18/04/2012	19/04/2012 - 30/05/2012	9	0,99	8,9

⁵⁴ No período de 1/7/96 a 4/3/99, o COPOM fixava a TBC e, a partir de 5/3/99, com a extinção desta, passou a divulgar a meta para a Taxa SELIC para fins de política monetária.

⁵⁵ Taxa de juros acumulada no período.

⁵⁶ Taxa média diária de juros, anualizada com base em 252 dias úteis.

165 ^a	07/03/2012	08/03/2012 - 18/04/2012	9,75	1,07	9,65
164 ^a	18/01/2012	19/01/2012 - 07/03/2012	10,5	1,3	10,4
163 ^a	30/11/2011	01/12/2011 - 18/01/2012	11	1,45	10,9
162 ^a	19/10/2011	20/10/2011 - 30/11/2011	11,5	1,21	11,4
161 ^a	31/08/2011	01/09/2011 - 19/10/2011	12	1,48	11,9
160 ^a	20/07/2011	21/07/2011 - 31/08/2011	12,5	1,4	12,42
159 ^a	08/06/2011	09/06/2011 - 20/07/2011	12,25	1,33	12,17
158 ^a	20/04/2011	21/04/2011 - 08/06/2011	12	1,49	11,92
157 ^a	02/03/2011	03/03/2011 - 20/04/2011	11,75	1,46	11,67
156 ^a	19/01/2011	20/01/2011 - 02/03/2011	11,25	1,27	11,17

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015. Nota: Editado pelo autor

Quadro 6 - Gasto público primário Federal, em % do PIB⁵⁷

Discriminação	2011	2012	2013	2014	2015
Despesas Primárias	16,8	17,0	17,3	18,2	19,6
Pessoal e Encargos	4,2	4,0	3,9	3,9	4,0
Ativos	2,1	2,0	2,0	2,0	2,1
Educação	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5
Saúde	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Demais	1,5	1,5	1,4	1,4	1,5
Inativos	1,7	1,7	1,6	1,6	1,7
Educação	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Saúde	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Demais	1,4	1,3	1,3	1,3	1,4
Sentenças/Precatórios	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Educação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saúde	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Transferências -- DF e Ex territórios	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1
Transferência de Renda às Famílias	8,2	8,5	8,7	9,0	9,4
Benefícios da Previdência	6,5	6,6	6,7	6,9	7,4
LOAS/RMV e Benefícios da Legislação	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7
Abono/Seguro Desemprego	0,8	0,8	0,8	0,9	0,8
Bolsa Família	0,4	0,4	0,5	0,5	0,4
Despesas de Capital	1,2	1,2	1,3	1,4	1,0
Investimento ⁵⁸	1,0	1,0	1,0	1,1	0,8
Investimento em Saúde	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1
Investimento em Educação	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros Investimentos	0,9	0,9	0,8	0,9	0,6
Minha Casa Minha Vida	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2
Outras Despesas Correntes	3,2	3,3	3,5	3,9	5,3
Despesas Obrigatórias ⁵⁹	0,7	0,8	1,0	1,2	2,6
FUNDEB	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Desoneração	--	0,0	0,2	0,3	0,4
Auxílio CDE	--	--	0,1	0,2	0,0
Lei Kandir	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1
Subsídios e Subvenções	0,1	0,2	0,1	0,1	0,9
Outros	0,3	0,3	0,3	0,4	1,0
Custeio com saúde	1,3	1,4	1,3	1,4	1,4
Custeio com educação	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5

⁵⁷ Dados do PIB do Sistema Contas Nacionais, referência 201⁵⁸ Compreende investimentos classificados no GND 4 (exceto MCMV) e GND 5 (exceto financeiras).⁵⁹ Lei Kandir, subsídios e subvenções, FUNDEB, FGTS, Sentenças Judiciais, FCDF (custeio), anistiados, Rec. outorga direito de uso de recursos hídricos, apoio financeiro a municípios, ressarcimento - combustíveis fósseis, desonerações, créditos extraordinários, discricionárias do legislativo, judiciário e Ministério Público da União, recursos de doações e convênios e auxílio à CDE.

Custeio Ciência e Tecnologia	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
------------------------------	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2016. Nota: Editado pelo autor.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, 2007.
- ALMEIDA, L. C. **Políticas sociais**: focalizadas ou universalistas. É esta a questão? Revista Espaço Acadêmico, nº 123. Agosto/2011
- ALMEIDA, P. R. de O. **Brasil e o sistema de Bretton Woods**: instituições e políticas em perspectiva histórica, 1944-2002. In: MAZZUOLI, V.; SILVA, R.L. O Brasil e os acordos econômicos internacionais: perspectivas jurídicas e econômicas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- ALMEIDA, P.R. de. **Relações Internacionais e Política Externa do Brasil**: a diplomacia brasileira no contexto da globalização. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- ALMEIDA, P.R. de. **Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula**. Rev. bras. Polít. int., Brasília, v. 47, n. 1, p. 162-184, jun. 2004.
- AVERBUG, A.; GIAMBIAGI, F. **A crise brasileira de 1998/1999: origens e consequências**. BNDES, Área de Planejamento, Departamento Econômico-DEPEC, 2000.
- AZEVEDO, P. F.; SERIGATI, F. C. **Preços administrados e discricionariedade do Executivo**. Rev. Economia Política, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 510-530, Setembro, 2015.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **COPOM**. Série “perguntas mais frequentes”. Brasília. Março, 2015. Disponível em: < <http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/faq%203-copom.pdf>>. Último acesso em: 09/03/16
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Histórico das taxas de juros**. 2015. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp#notas>>. Último acesso em: 23/02/16
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Histórico de metas para a inflação no Brasil**. 2015. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?HISTMET>>. Último acesso em: 23/02/16
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Nota para a imprensa – Política Fiscal**. 2016. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOLFISC>>. Último acesso em: 24/03/2016.
- BARBOSA FILHO, F. H. PESSOA, F. **Desaceleração recente da economia**. Coletânea de capítulos da agenda “Sob a Luz do Sol”. 2014. p. 15-30.
- BARRIONUEVO, A. **A formação distorcida de preços administrados na experiência brasileira recente**. Rev. Economia Política, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 475-491, Setembro, 2015.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Ex-Presidentes**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes>>. Último acesso em: 21/03/2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A construção política do Brasil**: sociedade, economia e Estado desde a independência. São Paulo: Editora 34, 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Populismo Econômico**: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina. São Paulo: Ed. Nobel, 1991.

BRESSER-PEREIRA, L.C. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal. **Pesquisa Plano Econômico**. Rio de Janeiro, v. 21, 1991.

CAGNIN, R. F. PRATES, D. M. FREITAS, M. C. P. de. NOVAIS, L. F. **A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012)**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 97, p. 169-185, nov. 2013.

CARLEIAL, L. M. F. **Política econômica, mercado de trabalho e democracia**: o segundo governo Dilma Rousseff. Estud. av., São Paulo, v. 29, n. 85, p. 201-214, Dezembro, 2015.

CARVALHO, M. C. A. A reconfiguração das relações de poder na América Latina: recolonização e resistências em um contexto neoliberal. **Scripta Nova: Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales**, n. 16, p. 61, 2012.

CASTRO, J. A. et al. **Gasto Social Federal: prioridade macroeconômica no período 1995-2010**. IPEA, Nota Técnica nº 9. Brasília, 2012.

CERVO, A.L. Os objetivos da política exterior de Lula. **Boletim Meridiano** 47, v. 5, n. 47, p. 2-5, 2011.

COELHO, M. A. O. F. C. MANOLESCU, F. M. K. **Evolução da exportação e importação no Brasil**. VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. p. 2504-2506, 2007.

CONTRI, A. L. **Uma avaliação da economia brasileira no Governo Dilma**. Indicadores Econômicos FEE, v. 41, n. 4, 2014.

CORSI, F. L. A conjuntura e a política econômica no governo Dilma (2011-2014). **A conjuntura econômica e política brasileira e argentina**. Marília, 2015. p. 93.

CUNHA, A. M. et al. A intensidade tecnológica das exportações brasileira no ciclo recente de alta nos preços das commodities. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 39, n. 3, 2011.

CURADO, M. L.; NASCIMENTO, G. M. **O Governo Dilma**: da euforia ao desencanto. Revista Paranaense de Desenvolvimento, v. 36, n. 128, p. 33-48, 2015.

CURADO, M. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 7, 2011.

OREIRO, J. L. C. Challenges of President Dilma Rousseff's Second Term. **Brazilian Keynesian Review**, v. 1, n. 1, p. 103-107, 2015.

DA SILVA, L.I.L. **Carta ao povo brasileiro**. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>. Último acesso em: 22/02/2016.

DA SILVA, L.I.L. Carta de Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Brasília, 2002. **Disponível em:** <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/leia-a-integra-da-carta-que-lula-entregou-a-fhc-m0060832>>. Último acesso em: 22/02/2016.

DATAFOLHA. **Avaliação Lula 17 a 19/11/2010**. Datafolha, Instituto de pesquisas. 2010. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/aval_pres_20122010.pdf>. Último acesso em: 15/10/2016

DE AQUINO, E.T.; DALDEGAN, W.F. O Brasil e os BRICS: Crescimento Inclusivo, Soluções Sustentáveis. **Textos de Economia**, v. 17, n. 2, p. 58-74, 2014.

DE MESQUITA, A.R. ROMANDO, A.C. VIEIRA, E.C. GIRADE, R. A dualidade das condicionalidades do FMI no desenvolvimento. In: **Simulação das Nações Unidas para Secundaristas**, 2015. Capítulo 7, p. 213-237.

DORNBUSCH, R.; EDWARDS, S. The macroeconomics of populism. In: **The macroeconomics of populism in Latin America**. University of Chicago Press, 1991. p. 7-13.

FERNANDES, B. B. **Desenvolvimentismo no primeiro governo Dilma**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

FERNANDES, C. M. As representações midiáticas de Dilma Rousseff no cenário político brasileiro. **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**. ISSN 1982-6672, v. 5, n. 14, p. 69-85, 2012.

FERRARI FILHO, F.; RESENDE, M. F. **Dilma Rousseff I: tudo, menos desenvolvimentismo**. Revista de Conjuntura: Publicação do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal. ANO XIV. Nº 55. Brasília – Distrito Federal, janeiro/abril de 2015. p. 42-44.

FURTADO, J. Muito além da especialização regressiva e da doença holandesa: oportunidades para o desenvolvimento brasileiro. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 81, p. 33-46, Julho, 2008.

GIANNINI, L.P. da R. A Política Externa Brasileira: uma análise comparativa entre os governos Lula e Dilma. **World Citizen Magazine**, v. 2, n. 1, 2014.

GONÇALVES, R. Maxidesvalorização, vulnerabilidade externa e a crise brasileira. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 27, n. 1, p. 59-69, 1999.

GOVERNO FEDERAL. **Bolsa Família**. Fórum Social Mundial 2015. Tunísia. 2015. Disponível em: <<http://secretariageral.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/bolsa-familia>>. Último acesso em: 10/02/16

GOVERNO FEDERAL. **Ministério do Planejamento divulga 11º Balanço do PAC 2. 2014**. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/12/ministerio-do-planejamento-divulga-11o-balanco-do-pac-2>>. Último acesso em: 09/02/16.

IPEA. **Carta Conjuntura**. 2011. Disponível em: repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3532/9/cc13_seriesthisticas.xls

JESUS, C. V. de. **Governo Salvador Allende: um caso populista ou um caso socialista latino-americano?** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

LACERDA, A.C. de. BOCCHI, João I. REGO, José M. Borges, Maria A. MARQUES Rosa Maria. **Economia brasileira**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LOPES, F. **Accountability e controle social na administração pública federal**. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) Estado, Instituições e democracia: democracia. Livro 9, vol. 2. Brasília: IPEA, 2010

LOPREATO, F. L. C. **Aspectos da atuação estatal de FHC à Dilma**. Texto para discussão 2039, IPEA. Brasília, 2015.

LOUREIRO, F. P. Considerações sobre o populismo econômico: explicação ou distorção histórica? VIII Encontro Internacional da ANPHLA, Vitória, **Anais...** 2008. P. 1-25.

MATTEI, L.; MAGALHÃES, L.F. A política econômica durante o Governo Lula (2003-2010): cenários, resultados e perspectivas. PAULA, M. **Nunca antes na história desse país**, 2011.

MELLO, G. S. **Diagnósticos dos governos Dilma Rousseff: do “industrialismo” à virada neoliberal**. UNICAMP. 2015.

MENDES, R. M. M. A. **O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal**. Revista de Economia Política, vol. 26, nº 1 (101), p. 58-74. Janeiro-março/2006.

MESQUITA, M. **A política econômica do governo Dilma: a volta do experimentalismo**. Coletânea de capítulos da agenda “Sob a Luz do Sol”. 2014. p. 3-14.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Evolução dos gastos públicos federais no Brasil: uma análise para o período 2006-15**. Relatório de Análise Econômica dos Gastos Públicos Federais. Secretaria de Política Econômica. Brasília, 2016.

MOLLO, M. de L. R. Ortodoxia e heterodoxia monetárias: a questão da neutralidade da moeda. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 3, p. 95, 2004.

MOTA, F. P. B e RODRIGUES FILHO, J. **E-Procurement Público Brasileiro: Nem Só de Lances se Faz um Pregão**. XXXIV Encontro ANPAD. Rio de Janeiro – RJ. 2010.

NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Rev. Econ. Política**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 72-96, Março, 2008.

NASSIF, M.I. **Exportações** – o avanço das commodities. Desafios do Desenvolvimento. IPEA. Ano 8, Edição 66. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2513:catid=28&Itemid=23>. Último acesso em: 27/07/16

NOIJE, P. V. **A realização econômica no capitalismo como uma grande pirâmide financeira**: o papel do crédito. Instituto de Economia, UNICAMP. Campinas, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000948263> Último acesso em 14/12/2016

OLIVA, A. M. **As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Análise do Governo Lula (2003:2010)**. Instituto de Economia, UNICAMP. Campinas, 2010. Parte II, capítulo 3.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Rev. Econ. Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, Junho, 2010.

OREIRO, J. L. Challenges of President Dilma Rousseff's Second Term. **Brazilian Keynesian Review**, v. 1, n. 1, p. 103-107, 2015.

OSORIO, R. G. SOUZA, P. H.G. F. SOARES, S.S.D. OLIVEIRA, L. F. B. **Perfil da pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2011.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Programa de Governo 2002**: Coligação Lula Presidente. Fundação Perseu Abramo - Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/uploads/programagoverno.pdf>>

PEIXOTO, V.; RENNO, L. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. **Opin. Pública**. Campinas, v. 17, n. 2, p. 304-332, nov. 2011.

PEREIRA, D. S.; DUARTE, R. F. X. O PT e o desafio de uma agenda pós-neoliberal: entre conceitos e práticas. XVI Encontro nacional de história Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas. **Anais...** Rio de Janeiro, 2014.

PERIARD, T.; LOSEKANN, L. **O boom do preço do petróleo nos anos 2000**: um alívio para a maldição do petróleo? - XLI Congresso Nacional da ANPEC. Foz do Iguaçu, Brasil. 2013.

PINHO, C. E. S. **Emergência e Declínio do Governo Dilma Rousseff à Luz das Capacidades do Estado Brasileiro (2011-2016)**. Revista Brasileira de Planejamento Orçamentário. Volume 6, nº 1. Brasília, 2016. p. 94 – 121.

PINTO, E. C. **A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise**. 2016. Tese de Doutorado. Grupo de Análise Marxista Aplicada Isabela Nogueira Professor, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PIRES, J. M.; ANDRÉ, F. G. Caminhando em círculo: idas e vindas da política econômica do governo Dilma. **Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**. ISSN 1806-9029, v. 26, n. 1 (47), 2015.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 6025/07 de 22 de janeiro de 2007 – Disponível em:** <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/94985/programa-de-aceleracao-do-crescimento-decreto-6025-07>>. Último acesso em: 09/02/16.

RODRIGO, L. P. **Giro a la izquierda y regreso del populismo**. Nueva Sociedad, n. 205, p. 62-74, 2006.

RODRIGUES, T. A. & SALVADOR, E. **As Implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas Políticas Sociais**. SER Social, Brasília, v. 13, n. 28, p. 129-156, jan. /jun. 2011.

ROSSI, P. **Política cambial no Brasil: um esquema analítico**. Revista de Economia Política. Vol. 35, nº 4. 2015. p. 708-727.

ROUSSEFF, D. **Discurso de lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC**. Brasília. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u113913.shtml>>. Último acesso em: 09/02/16.

SERRANO, F. SUMMA, R. Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014. **Center for Economic and Policy Research**. Washington, 2015.

SILVA E SILVA, M. O. da; BERMUDEZ, M. de M. **OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA CONDICIONADA (PTRC) NA AMÉRICA LATINA: caracterizando, problematizando e construindo uma proposta de estudo comparado**. Revista Políticas Públicas, São Luís, v.17, n.1, p. 307-311, jan. /jun. 2013

SILVA, J. A. A questão da desindustrialização no Brasil. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 10, n. 1, 2014.

SOUZA, L. VILLA BÔAS, B. **Dilma deu R\$ 458 bilhões em desonerações**. Folha de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1678317-dilma-deu-r-458-bilhoes-em-desoneracoes.shtml>>. Último acesso em: 21/08/16.

TEIXEIRA, R. A. PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. 4, p. 909-941, 2015.

TESOURO NACIONAL. **Dívida pública federal brasileira**. Brasília, 2012.

THIMOTEO, T. **Controle artificial dos preços**. Revista Conjuntura Econômica, v. 67, n. 4. Rio de Janeiro, 2013. p. 30-33.

TRADING ECONOMICS. **Site Oficial**. 2016. Disponível em: <<http://pt.tradingeconomics.com/brazil>>. Último acesso em: 22/03/2016

TUDE, J.M.; MILANI, C.S. A Política externa brasileira em relação ao Fundo Monetário Internacional durante o governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 1, p. 85-103, 2013.

TUDE, J.M.; MILANI, C.S. A Política externa brasileira em relação ao Fundo Monetário Internacional durante o governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 1, p. 85-103, 2013.

VACANO, D. V. SILVA, T. **Brazil's Protest Paradox**. In: Washington Post – 10 de junho de 2014. - Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/blogs/monkey-cage/wp/2014/06/10/brazils-protest-paradox/>>. Último acesso em: 16/10/2016.

VALVERDE, R. OLIVERIA, R.G. **Primarização da pauta de exportações, desindustrialização e doença holandesa no Brasil**. IPEA, 2011.